



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

O **CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO - CEPEGE**, entidade privada, sem fins lucrativos, resolve efetuar Processo de Concorrência, a fim de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DESTINADA A PACIENTES, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS, PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24H/EUSÉBIO/CE.**

CONCORRÊNCIA SIMPLIFICADA COM URGÊNCIA Nº 001/2022.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DESTINADA A PACIENTES, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS, PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24H/EUSÉBIO/CE.

Prazo de Realização: 02 (dois) dias – art. 35, parágrafo segundo do Regulamento Interno.

Cronograma:

AÇÃO	DATAS
Aviso de Lançamento	26/08/2022
Visita Técnica	Dispensada
Limite de Proposta	Até o dia 29/08/2022



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO - CEPEGE
SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS

CONCORRÊNCIA SIMPLIFICADA COM URGÊNCIA Nº 001/2022
INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

O **CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO - CEPEGE**, entidade privada, sem fins lucrativos, resolve efetuar Concorrência Simplificada com urgência, a fim de selecionar **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DESTINADA A PACIENTES, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS, PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24H/EUSÉBIO/CE.**

O presente Edital rege-se pelas disposições contidas no Regulamento de Compras e Contratação de Obras e Serviços do CEPEGE, que se encontra disponível no sítio eletrônico (<https://CEPEGE.med.br/>), juntamente com este edital.

Para a participação na presente Concorrência Simplificada, o proponente deverá comprovar a sua especialidade de prestação de serviços, descritos acima, bem como atender a todos os requisitos de qualificação jurídica, econômico-financeira e técnica, e demais exigências constantes no Termo de Referência, documento integrante deste Edital.

Os proponentes interessados no objeto deste Instrumento Convocatório deverão apresentar propostas **até o dia 29 de agosto de 2022**, preferencialmente através do encaminhamento eletrônico da proposta de preços e documentos de habilitação do endereço enviar para o e-mail: servicoscepege@gmail.com.

Os interessados poderão encaminhar os envelopes por correio, porém, somente serão considerados os envelopes entregues à Comissão Julgadora até a data, horário e local designados, não sendo o CEPEGE responsável por atraso, extravio ou qualquer outro contratempo.

Será julgado vencedor o proponente que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, obedecendo aos critérios deste Instrumento Convocatório e conforme as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

O **CEPEGE** informa que os proponentes poderão adquirir o presente Edital e demais documentos do procedimento de escolha de fornecedor no sítio eletrônico (<https://CEPEGE.med.br/>).

O **CEPEGE** poderá, mediante decisão fundamentada, revogar o procedimento de escolha a qualquer tempo, antes da formalização do respectivo contrato, para atender a razões de conveniência, bem como anular o procedimento, se constatada irregularidade ou ilegalidade, sem que disso resulte, para os participantes, direito a reclamação ou indenização.

DA IMPUGNAÇÃO - Até 24 (vinte e quatro) horas, antes da data fixada para a data limite de encaminhamento da proposta, poderão ser solicitados pedidos de impugnação ou esclarecimentos ao CEPEGE prestar as informações no prazo de até 01 (um) dia útil antes da data fixada para a realização da sessão pública. Os pedidos de impugnação e esclarecimentos poderão ser solicitados via e-mail: servicoscepege@gmail.com.

DAS FASES DO PROCESSO DE JULGAMENTO:



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

O procedimento concorrência simplificado com urgência será composto pelas seguintes fases:

- a) Os interessados deverão apresentar propostas **até o dia 29 de agosto de 2022**, preferencialmente através do encaminhamento eletrônico da proposta de preços e documentos de habilitação do endereço enviar para o e-mail: **servicoscepege@gmail.com**;
- b) Após o prazo de encaminhamento a comissão julgadora examinará os documentos apresentados bem como as proposta de preços apresentadas, em confronto com as exigências do instrumento convocatório, devendo recusar a participação dos interessados que deixarem de atender a normas e condições aqui fixadas;
- e) lavrar ata circunstanciada pela comissão julgadora, com o resultado da análise da documentação apresentada, bem como das proposta de preços ao final da qual deverá emitir seu julgamento,
- f) Divulgação do resultado do julgamento com o nome do vencedor no sítio eletrônico (<https://CEPEGE.med.br/>) para correr o prazo recursal ou de impugnação ao resultado do julgamento;
- g) Julgamento de eventuais recursos;
- h) Despacho a autoridade competente para adjudicação/homologação do processo;
- i) Adjudicação e Homologação;
- j) Chamamento formal para a assinatura de Termo de Contrato, observando o prazo para o comparecimento deste.

DOS RECURSOS: Das decisões da Comissão de Julgamento caberá recurso, que poderá ser interposto no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da publicação do resultado do Julgamento.

Da interposição de recurso caberá impugnação pelas demais proponentes, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação relativa à interposição do recurso. No mesmo prazo, a Comissão de Julgamento se manifestar-se-á sobre o recurso, poderá reconsiderar sua decisão ou submetendo-o à decisão da autoridade superior.

Os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

- a) Ser devidamente fundamentados;
- b) Ser assinados por representante legal ou procurador com poderes suficientes;
- c) Ser protocolados no mesmo local indicado no preâmbulo deste EDITAL para o recebimento dos envelopes de habilitação e propostas; e
- d) Não será admitida a apresentação de documentos ou informações que já deveriam ter sido apresentados juntos aos documentos e proposta de preços e cuja omissão não tenha sido suprida na forma estabelecida neste EDITAL.

Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão reconhecidos.

Os recursos contra os atos decisórios terão efeito suspensivo obrigatório.

O acolhimento dos recursos interpostos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Decorridos os prazos sem a interposição de recursos ou após o seu julgamento ou, ainda, após manifestação expressa de desinteresse em recorrer, a vencedora será considerada apta a celebrar o Contrato.

DILIGÊNCIA: É facultada à Comissão Julgadora, em qualquer fase do processo, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DESTINADA A PACIENTES, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS, PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24H/EUSÉBIO/CE.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 - A alimentação adequada é fator importante no tratamento de pacientes como medida coadjuvante na evolução clínica, pela manutenção ou recuperação do seu estado nutricional, refletindo no tempo de permanência hospitalar e na diminuição da mortalidade e morbidade.

2.2 - Ademais, o acompanhamento nutricional possibilita a diminuição do tempo de permanência das internações e futuras reinternações, sendo fundamental para diminuição da morbimortalidade e reincidência de internação de pacientes com patologias crônicas.

2.3 - Desse modo, a presente contratação tem o intuito de tornar o preparo e a distribuição de alimentos mais eficiente e eficaz, na perspectiva qualitativa e quantitativa, proporcionando otimização de custos, bem como a melhoria no recebimento de gêneros alimentícios e execução das atividades de preparação de refeições, por meio da atuação de empresa especializada no ramo de alimentação hospitalar, assegurando uma alimentação balanceada em condições higiênico-sanitárias adequadas, a serem distribuídas nas dependências da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h/Eusébio/CE.

3 – LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 - O serviço será prestado na Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h – Eusébio/CE, localizada Rua Irmã Ambrosina. 395 – Centro – Eusébio/CE – CEP: 61.760-000.

4 – PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - Para formulação da proposta comercial e estabelecimento do valor dos serviços, a proponente deverá utilizar o preço real de mercado.

5 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 - Sangrar-se-á vencedora a proponente que, devidamente habilitada, apresentar o MENOR PREÇO, observadas as demais exigências deste instrumento.

6 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GERENTE DO CONTRATO

6.1 - Fiscalizar rotineiramente a manutenção das instalações gerais e especiais dos equipamentos e de todo material utilizado, bem como exigir da CONTRATADA a reposição imediata do que for danificado, destruído, extraviado ou desgastado pelo uso.

6.2 - Solicitar a substituição imediata de qualquer material e/ou gênero que não atenda às exigências do serviço. A Administração da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h tem a prerrogativa de recusar o produto/serviço que se apresente deteriorado, defeituoso, de má qualidade e/ou não satisfatório.

6.3 - Atestar a Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, quanto à prestação de serviços, desde que tenham sido cumpridas todas as exigências contratuais.

6.4 - Acompanhar, avaliar e, se necessário, emitir considerações a respeito do contido no Livro de Escala de Serviço, no que diz respeito à assiduidade dos funcionários e do cumprimento do quantitativo do quadro diário.

6.5 - Comunicar por escrito à CONTRATADA, qualquer falha ou deficiência do serviço, exigindo a



imediate correção. Caso não seja solucionada a pendência no prazo estipulado pela fiscalização do CONTRATO, deverá ser acionado o setor competente.

6.6 - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

6.7 - Conferir e aprovar somente o número das refeições efetivamente fornecidas, solicitadas e aceitas que se façam necessárias, a qualquer tempo.

6.8 - O julgamento sobre as condições e qualidade dos produtos, e conseqüente recusa ou aceitação dos mesmos, inclusive usando o critério de palatabilidade.

6.9 - Fornecer o discriminativo numérico de refeições, bem como a correspondente listagem nominal, para fins de controle local de pacientes, funcionários e acompanhantes. Fica assegurada a gratuidade de alimentação para os acompanhantes de crianças, adolescentes e idosos face aos seus respectivos estatutos de acordo com o horário de permanência na Unidade, conforme a Resolução nº 2.434/SES, assim como para os acompanhantes de portadores de necessidades especiais, garantido pela Constituição Federal, com fundamento nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia. Fica também assegurada a gratuidade de refeições para os acompanhantes de parturientes durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato (Portaria nº 2.418 do Ministério da Saúde, de 2 de dezembro de 2005).

6.10 - Ter acesso, a qualquer hora, às dependências entregues à CONTRATADA, para fiscalização permanente dos serviços.

6.11 - Não permitir que a mão de obra disponibilizada pela CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

6.12 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para execução dos serviços.

6.13 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.14- Manter as condições higiênico-sanitárias das instalações.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, QUANTO ÀS DEPENDÊNCIAS E INSTALAÇÕES FÍSICAS

7.1 - Possuir obrigatoriamente cozinha industrial e estoque central situados no Estado do Ceará.

7.2 -Dispor de Manual de Boas Práticas e de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) para unidades que manipulem alimentos. Estes documentos devem estar acessíveis aos funcionários envolvidos e disponíveis à autoridade sanitária, quando requerido, na Unidade.

7.3. - Executar e prestar os serviços nas dependências do para atender a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h/Eusébio/CE, nos setores e horários estabelecidos, durante 24 horas, inclusive aos Sábados, Domingos e feriados.

7.3.1 - Caso opara atender a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h/Eusébio/CE, não ofereça condições para elaboração das grandes refeições, a CONTRATADA obrigar-se-á a produzi-las em local de sua propriedade e transportá-las para a Unidade, sem onerar o custo.

7.4 - Garantir que as dependências vinculadas à execução dos serviços, bem como as instalações e equipamentos colocados à disposição, sejam de uso exclusivo para atender o objeto deste Termo de Referência.

7.5 - Repor e/ou complementar, sempre que necessário, o material e equipamento recebido da CONTRATANTE, de modo que o atendimento não fique prejudicado.

7.6 - Manter as dependências e equipamentos vinculados à execução dos serviços em perfeitas condições de uso.

7.7 - Responsabilizar-se pelo abastecimento e/ou despesas com consumo de gás utilizado nas áreas de produção (normal, dietética e/ou lactário).

7.8 - Promover a instalação de equipamentos necessários à prestação de serviços, os quais poderão ser retirados no término do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.



7.9 - Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso devendo substituir aqueles que vierem a ser considerados impróprios pela CONTRATANTE, devido ao mau estado de conservação.

7.10 - Manter as condições higiênico-sanitárias das instalações.

7.11 - Manter em perfeito estado de asseio e limpeza as instalações, equipamentos e utensílios para atender a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h/Eusébio/CE, bem como tudo que a ela disser respeito.

7.12 - Identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.

7.13 - Fazer a manutenção preventiva, corretiva e operacionalização dos equipamentos de propriedade da CONTRATANTE, quando disponível na Unidade, substituindo-os quando necessário, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

7.14 - Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução pela administração.

7.15 - Utilizar material descartável de qualidade comprovada, com especificidade adequada (tamanho e capacidade) para comportar o porcionamento de acordo com o tipo de dieta (geral ou especial) para pacientes com doenças infectocontagiosas, Serviço de Emergência, Unidade de Isolamento, na custódia, pavilhão asilar e sempre que for detectada a sua necessidade pela Unidade.

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, QUANTO À ELABORAÇÃO DOS CARDÁPIOS

8.1 - Elaborar cardápios mensais completos de refeições para funcionários, dietas gerais e especiais para pacientes adultos e de pediatria, submetendo-os a apreciação da CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (TRINTA) DIAS para sua execução.

8.2 - Fornecer semanalmente o cardápio completo para fixação em local visível ao atendimento nas dependências da T Atendimento.

8.3- Fornecer gêneros específicos para determinadas patologias especiais como doença celíaca, erros inatos de metabolismo e outras, mediante solicitação da CONTRATANTE.

8.4- Os cardápios para atendimento ao refeitório deverão incluir sempre uma opção de substituição para as preparações proteicas das grandes refeições, como segue:

- Para carne branca: carne vermelha;
- Para carne vermelha: carne branca;
- Para embutidos, vísceras, carne de porco: carne branca ou ovo, de acordo com as preparações definidas a critério da CONTRATANTE.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, QUANTO AO FORNECIMENTO, RECEBIMENTO, ARMAZENAMENTO E CONTROLE DE ESTOQUE

9.1 - Responsabilizar-se pelas despesas relativas ao fornecimento de gêneros alimentícios, produtos descartáveis, de limpeza, conservação, higiene pessoal e outros.

9.2 - Encarregar-se pelo adequado armazenamento dos gêneros alimentícios, em setor próprio da unidade, sempre em tempo hábil ao cumprimento do objeto consignado neste Termo de Referência.

9.3 - Utilizar gêneros alimentícios e produtos dietéticos devidamente inspecionados e homologados pelos órgãos governamentais brasileiros competentes, e cuja qualidade seja comprovada.

9.4 - Garantir a correta temperatura de todos os equipamentos quentes e frios (geladeiras, freezers, refresqueiras, balcões frios, frigoríficos e balcões térmicos), registrando todas as temperaturas diariamente para serem anexadas na Unidade.

9.5 - Executar o controle dos gêneros e de produtos alimentícios utilizados quanto à qualidade, estado de conservação, acondicionamento, condições de higiene, transporte, recebimento e armazenamento,



conforme os termos da RDC nº. 216, de 15/09/94 - ANVISA.

9.6 - Apresentar listagem de seus fornecedores, marcas e/ou fichas técnicas e/ou amostras dos produtos utilizados quando solicitado para análises técnica e sensorial pela Administração da UNIDADE.

9.7 - Utilizar somente gêneros alimentícios, materiais, utensílios e outros, de primeira qualidade, em bom estado de conservação e livres de contaminação.

9.8 - Realizar o controle de temperatura no recebimento de gêneros alimentícios, de acordo com o critério estabelecido pela Resolução nº. 216, 15/09/04 (ANVISA).

9.9 – Fornecer equipamentos como termômetro e balança calibrada para controle de temperaturas, recebimento e pesagem de sobras.

9.10 - Estabelecer controles de qualidade e quantidade de materiais descartáveis e produtos de limpeza a fim de evitar faltas ou ocasionar transtornos ao serviço.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, QUANTO AO PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS

I. É vedado a CONTRATADA, em qualquer hipótese, aproveitar componente de refeição preparada e não servida para a confecção de outras refeições.

II. Observar os horários estabelecidos para fornecimento e distribuição de refeições, formulações e complementos aos pacientes, a critério da CONTRATANTE.

III. Fornecer todos os utensílios e materiais de consumo em geral, necessários à execução dos serviços.

IV. Manter o controle dos pratos, recipientes e talheres em inox em quantidades suficientes ao número de refeições servidas, garantindo o bom atendimento aos comensais no refeitório.

V. É expressamente vedado à CONTRATADA a utilização das dependências da UNIDADE para preparo/fornecimento/distribuição de refeições para outras unidades/estabelecimentos que não estejam sob a gestão do CEPEGE.

VI. Executar o preparo das refeições em todas as etapas, observando as técnicas culinárias recomendadas, os padrões de higiene e segurança e, no que couber, a Resolução nº. 216, 15/09/04 - ANVISA.

VII. Efetuar a higienização dos alimentos, principalmente vegetais crus, em processo de desinfecção em solução clorada e conservar sob refrigeração até o momento da distribuição.

VIII. Utilizar água potável e filtrada para a diluição de sucos, conforme a Resolução nº. 216, 15/09/04 - ANVISA.

IX. No caso da Unidade receber refeições transportadas, a CONTRATADA deverá apresentar laudo de potabilidade da água utilizada no preparo das refeições, sempre que solicitado, ou na ocorrência de acidentes que possam contaminar a água (enchentes, etc.), bem como anexar o comprovante da limpeza dos reservatórios de água.

X. Entregar ao CONTRATANTE porções de todas as refeições elaboradas para degustação, com a devida antecedência, devendo realizar imediatamente a alteração ou substituição das preparações ou alimentos que se apresentarem impróprios para consumo.

XI. Responsabilizar-se pela qualidade dos alimentos fornecidos, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes, suspendendo o consumo e substituindo por outros sempre que houver suspeita de deterioração ou contaminação dos alimentos in natura ou preparados, providenciando, de imediato, o encaminhamento para análise microbiológica.

XII. Observar a aceitação das preparações servidas. No caso de haver rejeição por parte dos comensais, excluí-las dos cardápios futuros, com autorização da UNIDADE.

XIII. Conservar as refeições em recipientes e equipamentos apropriados e de acordo com a especificidade do alimento e/ou preparação, enquanto aguarda a distribuição final, obedecendo às disposições legais da Resolução nº. 216, 15/09/04 - ANVISA.

XIV. Coletar amostras de no mínimo 100g de todas as refeições preparadas, que deverão ser



devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, mantendo-as sob refrigeração adequada pelo prazo de 72h (setenta e duas horas) para eventuais análises laboratoriais, conforme a Resolução nº. 216, 15/09/04 - ANVISA.

XV. O exame microbiológico dos alimentos, equipamentos, água, utensílios, superfície e das mãos dos manipuladores, deverá ser realizado **TRIMESTRALMENTE** e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, ficando a cargo da CONTRATADA, arquivando-se os originais dos registros da operação na Unidade.

XVI. Manter o registro das medições realizadas em todo o processo de operacionalização dos alimentos (controle de temperatura) em planilhas próprias e de fácil acesso a Administração da UNIDADE.

XVII. Deverá garantir a distribuição pontual de refeições nos quartos, enfermarias, refeitórios e outros locais designados pela Administração da Unidade.

XVIII. Assegurar as reservas de refeições solicitadas com antecedência pela CONTRATANTE para os funcionários, obedecendo toda a composição do cardápio do dia.

XIX. Atender as solicitações de dietas prescritas, sem alteração no preço da refeição, respeitando as classificações e composições das dietas definidas neste Termo de Referência.

XX. Fornecer sachê de sal, açúcar, adoçante, azeite, vinagre e palito junto com as refeições destinadas a pacientes e acompanhantes, e para funcionários azeite extravirgem e vinagre em garrafa e/ou similar.

XXI. Todos os itens que compõem as refeições deverão estar identificados com etiquetas.

XXII. Dispor de balcão térmico quente e frio em tamanho suficiente de acordo com os itens que compõem as refeições.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, QUANTO À HIGIENIZAÇÃO

I. Atender as disposições da Resolução nº. 216 de 15/09/04 - ANVISA, referente ao Regulamento Técnico sobre os Parâmetros e Critérios para o Controle Higiênico-Sanitário em Estabelecimento de Alimentos.

II. Utilizar para limpeza e desinfecção de pisos, paredes, sanitários e equipamentos, das áreas de estocagem (depósitos e frigoríficos), pré-preparo, cocção e consumo (lactário, copas e refeitórios, de acordo com o tipo de material, hipoclorito de sódio 100-250 ppm pronto uso, álcool 70% pronto uso ou outros produtos aprovados pelo Ministério da Saúde.

III. Utilizar solução de hipoclorito de sódio 1% pronto uso para desinfecção de mamadeiras.

IV. Utilizar solução de hipoclorito de sódio 0,02% pronto uso para sanitização de frutas e vegetais crus.

V. Utilizar na complementação da higiene das mãos soluções antissépticas tais como álcool 70%, soluções iodadas, iodóforo, clorexidina ou outros aprovados pelo Ministério da Saúde.

VI. Manter em perfeitas condições de uso e higiene as instalações, equipamentos, móveis e utensílios utilizados na execução dos serviços deste Termo de Referência, cumprindo cronograma de higienização pré-estabelecido pela CONTRATANTE.

VII. Não poderão ser despejados ou escoados em esgoto público ou quaisquer outras áreas não preparadas para esse objetivo óleos vegetais, animais ou minerais. Não havendo infraestrutura própria, deverão os mesmos ser armazenados em recipientes fechados e retirados por empresa qualificada, sem ônus para a CONTRATANTE.

VIII. Supervisionar diariamente a higiene pessoal e a limpeza dos uniformes de seus empregados.

12 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, QUANTO A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

12.1 - Manter planejamento de esquemas alternativos de trabalho ou planos de contingência para situações emergenciais, tais como: falta de água, energia elétrica/gás, vapor, quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a continuidade dos serviços estabelecidos no presente Termo de



Referência.

13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, QUANTO AO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA

- i. Manter quadro de pessoal técnico, operacional e administrativo em número necessário e suficiente para atender o cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência, substituindo imediatamente em caso de falta.
- ii. Manter, em tempo integral, equipe de nutricionistas, bem como pessoal de infraestrutura, de forma a garantir o bom funcionamento do serviço.
- iii. Caberá à CONTRATADA todo o ônus de natureza trabalhista, previdenciária e alimentícia de seus funcionários.
- iv. Manter sempre um preposto, Nutricionista, com poderes para deliberação e/ou atender a qualquer solicitação da CONTRATANTE quanto a tudo que se relacione a boa execução dos serviços contratados.
- v. Instruir seus funcionários a cumprir o regulamento da Unidade onde serão prestados os serviços.
- vi. Fornecer uniformes, de acordo com a função, no mínimo três jogos, na cor branca, compostos por cobertura adequada para a cabeça, calças, vestidos, aventais, capotes, máscara, gorro, propés, luvas, sapatos ou botas, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), observando o zelo por sua conservação.
- vii. Fiscalizar e punir qualquer funcionário flagrado ou em conivência na distribuição de refeições a pessoas não autorizadas (inclusive parentes, visitantes ou qualquer pessoa estranha ao serviço).
- viii. Realizar exame médico dos funcionários (admissional, periódico, demissional, de retorno ao trabalho) de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o Programa de Proteção Radiológica Ocupacional do Ministério do Trabalho.
- ix. A CONTRATADA é obrigada observar e atender os parâmetros quantitativos de profissionais estabelecidos em legislações do Conselho Regional de Nutricionista, em especial a Resolução CFN nº. 380/05.
- x. Comprovar, quando solicitado, o registro e regularidade de seus nutricionistas e técnicos envolvidos na prestação dos serviços junto ao Conselho Regional de Nutrição.
- xi. Providenciar a imediata reposição de funcionários para cobrir folgas, faltas, férias, demissões, licenças, afastamentos, etc., de pessoal da área técnica, operacional e administrativa, mantendo completo o quadro de funcionários necessários para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- xii. Fornecer crachás de identificação com fotografia recente a todos os seus funcionários em serviço nas dependências da UNIDADE gerida pela CONTRATANTE.
- xiii. Afastar imediatamente das dependências da UNIDADE qualquer empregado, por mais qualificado que seja, cuja presença venha a ser considerada inadequada à CONTRATANTE, promovendo a sua imediata substituição.
- xiv. Promover treinamentos TRIMESTRAIS ou sempre que houver necessidade, teóricos e práticos, de toda Equipe de Trabalho.
- xv. Responder pela disciplina de seus funcionários durante a sua permanência nas dependências da UNIDADE, orientando-os para manterem o devido respeito e cortesia para com os colegas de trabalho e os funcionários da CONTRATANTE.
- xvi. Apresentar mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, comprovante da quitação dos encargos trabalhistas e impostos fiscais dos funcionários que atuem diretamente na execução dos serviços;
- xvi.a) A não apresentação desses comprovantes poderá acarretar na retenção dos créditos da CONTRATADA. Declarar, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de



inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer ao CONTRATANTE todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades;

14 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, QUANTO AO TRANSPORTE DE ALIMENTOS

- I. Transportar as refeições e descartáveis devidamente acondicionados e em condições adequadas de higiene e conservação, de acordo com as normas sanitárias vigentes da Resolução nº. 216, 15/09/04 - ANVISA.
- II. Utilizar, para o transporte de alimentação, veículos com certificado de vistoria emitido pelo Centro de Vigilância Sanitária, conforme Portarias CVS Nº 15, de 07/11/91, alterada pela Portaria CVS nº. 06, de 10/03/99.
- III. A utilização de veículos para o transporte de alimentação também é OBRIGATÓRIA para aquelas Unidades que dispõem de pavilhões asilares.
- IV. Executar a higienização diária e conservação do veículo utilizado para o transporte da alimentação, de acordo com a Portaria CVS Nº. 15/91, de 07/11/91 com as alterações introduzidas pela Portaria CVS Nº. 6/99, de 10/03/99.
- V. O veículo utilizado para as refeições transportadas deverá ter a cabine isolada da parte que contém os alimentos e deve ser revestida de material liso, resistente, impermeável, atóxica e lavável, não podendo transportar pessoas e/ou animais e produtos tóxicos.
- VI. Os contentores devem sempre ser depositados sobre estrados de polietileno e não diretamente sobre o piso. Ademais, devem-se utilizar prateleiras e estrados removíveis.
- VII. Deverá constar nos lados direito e esquerdo do veículo, de forma visível, dentro de um retângulo de 30 cm de altura por 60 cm de comprimento os seguintes dizeres: Transporte de alimentos, Nome, Endereço, Telefone da empresa e Produto Perecível.
- VIII. O transporte de alimentos prontos para o consumo deve obedecer às normas técnicas que possam garantir as qualidades nutricional, sensorial, microbiológica e físico química dos produtos. Desta forma, os meios de transporte de alimentos destinados ao consumo humano, refrigerados ou não, devem garantir a integridade e a qualidade a fim de impedir a contaminação e a deterioração do produto.
- IX. Assegurar que os alimentos sejam transportados em condições que evitem a contaminação ou a recontaminação, ou ainda a multiplicação dos microrganismos eventualmente presentes.
- X. A distribuição dos alimentos quentes deve observar os critérios de tempo e temperatura, ou seja, manter as preparações a 60°C por no máximo 6 horas, segundo Resolução nº. 216, 15/09/04. Ademais os alimentos quentes devem ser transportados em recipientes com proteção isotérmicas, mantendo a temperatura mínima de 65°C, conforme o estabelecido pela Portaria nº. CVS-15/91, de 07/11/1991, com as alterações introduzidas pela Portaria CVS Nº. 6/99, de 10/03/99.
- XI. Caso seja necessário para garantir uma melhor qualidade e aceitação das refeições poderá a CONTRATANTE solicitar uma temperatura de distribuição acima da recomendada na referida Resolução.
- XII. A distribuição de alimentos refrigerados deve observar também os critérios de tempo e temperatura, ou seja, manter as preparações em temperaturas inferiores a 10°C por no máximo 4 horas ou quando a temperatura estiver entre 10 e 2 °C, esses alimentos só podem permanecer na distribuição até 2 horas e para o transporte deve-se manter a temperatura ao redor de 4°C, não ultrapassando 6°C, conforme o estabelecido pela Portaria nº. CVS - 15/91 de 07/11/1991 com as alterações introduzidas pela Portaria CVS Nº. 6/99, de 10/03/99.
- XIII. Deverá manter, em temperaturas recomendadas, os alimentos em preparação e/ou prontos para distribuição em recipientes tampados ou cobertos com fita filme.
- XIV. A temperatura das dietas servidas aos pacientes deverá ser monitorada e registrada em impressos próprios pela CONTRATADA.



- XV. A planilha de controle de temperatura e tempo de espera para distribuição do alimento nas Unidades deve ser apresentada sempre que solicitadas, caso as temperaturas das diversas preparações não estejam de acordo com as normas de segurança ações corretivas devem ser postas em prática.
- XVI. Os equipamentos de refrigeração não devem apresentar risco de contaminação para o produto e deve garantir, durante o transporte, temperatura adequada para o mesmo.
- XVII. Cumprir os horários de entrega das refeições estabelecidos pela Gerência de Contratos.
- XVIII. Em caso de atraso na entrega e distribuição das refeições, o prazo de tolerância será de 30 minutos. Após este prazo aplicar-se-á o desconto de acordo com o especificado no presente Termo de Referência.
- XIX. Os responsáveis pela entrega e distribuição das refeições deverão estar devidamente uniformizados.
- XX. É totalmente proibido o transporte das refeições em caixas de isopores ou qualquer outro material que não atenda as Normas da Vigilância Sanitária.
- XXI. Nenhum alimento deve ser transportado em contato direto com o piso do veículo ou embalagens ou recipientes abertos.
- XXII. Garantir que o transporte de produtos perecíveis ocorra em material liso, resistente, impermeável e atóxico, lavável, aprovado pela autoridade sanitária.
- XXIII. Assegurar que os materiais utilizados para proteção e fixação da carga (cordas, encerados, plásticos e outros) não representem fonte de contaminação ou dano para os alimentos, devendo os mesmos ser desinfetados juntamente com o veículo de transporte.
- XXIV. A carga e/ou descarga não devem representar risco de contaminação, dano ou deterioração do produto e/ou matéria-prima alimentar.

15 - QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES GERAIS

- I. É vedado o atendimento ambulatorial a pacientes dopara atender a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h/Eusébio/CE pela Nutricionista da CONTRATADA.
- II. Nopara atender a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h/Eusébio/CE, a CONTRATADA deverá complementar sob as suas próprias expensas, todos os equipamentos (geladeira, forno elétrico, refresqueira e balcão térmico) e utensílios necessários a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- III. A CONTRATADA não poderá utilizar-se dos serviços de estudantes de Nutrição ou encarregados para desempenhar funções e atividades inerentes ao profissional de nível superior.
- IV. O CEPEGE, através da Administração da Unidade e de sua gerência de Contratos, realizará para fins de pagamento, o controle de dietas pelo número de refeições efetivamente consumidas. Quanto às refeições transportadas, prevalecerá o quantitativo requisitado pela CONTRATANTE.
- V. Em caso de obras na cozinha ou em outras dependências entregues à CONTRATADA que impeçam o seu funcionamento regular, os serviços não poderão ser paralisados, devendo a CONTRATADA, por meio de providências próprias e em local previamente aprovado pela CONTRATANTE, continuar a prestá-lo sem ônus de qualquer natureza e sem prejuízo para a alimentação dos beneficiários do Serviço.
- VI. Para assegurar a qualidade das refeições nas unidades transportadas, a Gerência de Contratos do CEPEGE poderá fazer visitas de inspeção periódicas na cozinha da CONTRATADA, sem aviso prévio, sendo utilizado nessas ocasiões o formulário de visita, e inclusive, se se fizer necessário, máquina fotográfica.

16 – VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 16.1 - O prazo de vigência do instrumento contratual será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período, desde que mantidas as condições de habilitação da CONTRATADA e a economicidade da proposta apresentada.



16.2 - A eficácia jurídica do instrumento contratual ficará condicionada à vigência do Contrato de Gestão nº. 002202271, firmado em 12/08/2022, entre o CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO - CEPEGE, através da sua Secretaria Municipal de Eusébio, para a gestão dos serviços de saúde para a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h- Eusébio, de tal modo que a extinção do contrato principal, independentemente de motivo ou forma, mesmo que por imputação de culpa, extinguirá, ipso facto, a relação jurídica contratual que decorrer da presente concorrência, sem quaisquer direitos a indenização, retenção ou compensação por parte da Contratada.

17 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Designar, no mínimo, um profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, garantindo o acesso às informações necessárias e ao cumprimento de todos os itens acordados neste documento e seus anexos;
- b) Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a empresa a ser contratada, de acordo com o contrato, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas;
- c) Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à prestação dos serviços;
- d) Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do Hospital, para execução do Contrato;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- f) Disponibilizar instalações necessárias à execução dos serviços.

17.1 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- I. Resolução nº. 200 CFN/98 – Dispõe sobre o cumprimento das normas de definição de atribuições principais e específicas dos nutricionistas conforme área de atuação.
- II. Ato CRN4, nº. 600/2018 – Dispõe sobre parâmetros quantitativos por área de atuação do nutricionista e determina outras providências.
- III. Portaria nº. 1.428 de 26 de novembro de 1993 – Regulamenta a licença para inspeção sanitária de alimentos e as diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de serviços na área de alimentos.
- IV. Portaria MS nº. 326/1997 – Dispõe sobre o regulamento das condições higiênico – sanitárias e Boas Práticas para estabelecimento produtor/industrializado de alimentos.
- V. Resolução – RDC/ANVISA nº. 12 – Determina o padrão microbiológico para alimentos.
- VI. Portaria MT nº. 3.214/1978 – Determina as normas regulamentadoras (NR) da legislação trabalhista.
- VII. Decreto RJ nº. 20.356/1994 – Determina a periodicidade de limpeza de reservatórios de água e realização de análise de potabilidade.
- VIII. Decreto RJ MUN. Nº. 6.235/1986 – Determina as condições higiênico-sanitárias para estabelecimentos manipuladores de alimentos.
- IX. Resolução – RDC/ANVISA nº. 275/2002 – Determina a descrição de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) em unidades produtoras/industrializadoras de alimentos.
- X. Portaria MS nº. 1.469/2000 – Determina o padrão microbiológico da água.
- XI. RDC nº. 33/2003 - Dispõem sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- XII. Norma Técnica nº. 42-60-01, de 05/05/03 da COMLURB.
- XIII. Resolução SES nº. 2.434, de 15/06/2004.
- XIV. Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/2003.
- XV. Portaria CVS nº. 15, de 07/11/1991
- XVI. Portaria CVS nº. 06, de 10/03/1999.



XVII. RDC nº. 216, de 15/09/2004 - ANVISA.

XVIII. Lei nº. 8.069, de 13/07/90. GERÊNCIA

17.2 – TERMOS TÉCNICOS

A fim de evitar possíveis dúvidas de interpretação dos termos técnicos utilizados, ficam assentadas as seguintes definições e conceituações:

- Dieta - compreende os alimentos fornecidos ao indivíduo, para atendimento de suas necessidades nutricionais diárias;
- Dieta normal - aquela sem restrição alimentar;
- Dieta branda - aquela modificada basicamente quanto à consistência, havendo necessidade de abrandar os alimentos para melhor aceitação;
- Dieta pastosa - aquela modificada basicamente quanto à consistência (consistência de purê);
- Dieta semilíquida - aquela modificada basicamente quanto à consistência, de modo a evitar a mastigação, e condimentação, com pouco resíduo, objetivando o mínimo trabalho digestivo;
- Dieta líquida - aquela modificada basicamente quanto à consistência e condimentação, com maior fracionamento, permitindo o mínimo esforço nos processos digestivo e absorvivo;
- Dieta de restrição - aquela que apresenta redução ou exclusão de um ou mais nutrientes, em relação à dieta normal;
- Dieta de acréscimo - aquela que apresenta aumento de um ou mais nutrientes, em relação à dieta normal;
- Dieta isenta de lactose - aquela que apresenta exclusão de lactose, passível de substituição por leite de soja ou leite deslactosado;
- Refeição - qualquer fração de ração (ração = total de alimentos fornecidos a uma pessoa nas 24 horas do dia);
- Desjejum - pequena refeição servida pela manhã;
- Merenda - pequena refeição servida entre o almoço e jantar;
- Almoço e jantar - Refeições principais ou grandes refeições;
- Cardápio - é a tradução, em termos de culinária, das preparações e da forma de apresentação das refeições e alimentos;
- Fórmulas Infantís - fórmula líquida ou em pó destinada à alimentação de lactentes.
- ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

17.3 - CATEGORIAS DE DIETAS (DESCRIÇÃO/CARACTERÍSTICAS)

17.3.1 - Alimentação de funcionários:

- PEQUENAS REFEIÇÕES
- GRANDES REFEIÇÕES

PEQUENAS REFEIÇÕES		Desjejum		Merenda
Valor energético aproximado (kcal)		490 Kcal		490 Kcal
ALIMENTOS E/OU PREPARAÇÕES		UND	QUANTIDADE PREPARADA	
I	- CAFÉ (COM OU SEM AÇÚCAR OU ADOÇANTE)	ml	50	50
	- LEITE (*) (INTEGRAL, DESNATADO, SEMIDENATADO) (COM OU SEM	ml	150	150



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
 Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
 Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
 CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

	AÇÚCAR OU ADOÇANTE) - OU ACHOCOLATADO	ml	200	200
II	- PÃO (SAL OU DOCE)	G	50	50
	- OU BOLO SIMPLES	G	80	80
III	- MANTEIGA INDIVIDUAL (COM OU SEM SAL)	UND	1(10G)	1(10G)

OBS: (*) O ITEM LEITE DE VACA DEVERÁ SER DO TIPO EMBALAGEM TETRAPACK OU EM PÓ.

GRANDES REFEIÇÕES		Almoço		Jantar
Valor energético aproximado (kcal)		1.200 Kcal		1.200 Kcal
ALIMENTOS E/OU PREPARAÇÕES		UND	QUANTIDADE PREPARADA	
I	ENTRADA:	G	80	80
	- VEGETAIS A, B E/OU C, MASSAS LEGUMINOSAS, EM SALADAS - OU SOPAS	ML	250	250
II	- CEREAL (ARROZ PARBOILIZADO, BRANCO OU INTEGRAL)	G	200	200
III	- LEGUMINOSAS (FEIJÃO PRETO OU CARIOQUINHA)	G	150	150
IV	- CARNE BOVINA	G	120	120
	- OU AVES (SEM OSSO / COM OSSO)	G	120/240	120/240
	- OU PEIXE (FILÉ / POSTA)	G	120/200	120/200
	- OU FÍGADO, LÍNGUA, BUCHO	G	120	120
	- OU CARNE SECA,	G	120	120
	- OU LÍNGUIÇA	G	120	120
	- OU CARNE SUINA (SEM OSSO/ COM OSSO)	G	120/170	120/170
	- OU STROGONOFF	G	150	150
	- OU LASANHA, EMPADÃO, BOLO DE BATATA/AIPIM, "ESCONDIDINHO"	UND	250	250
- OVOS		2	2	
V	GUARNIÇÃO: VEGETAIS A, B OU C.	G	150/20	150/200
	- OU MASSA	G	100	100
	- OU FAROFA	G	50	50
	- OU PIRÃO	G	100	100
	- OU POLENTA	G	100	100
VI	SOBREMESAS:	G	150	150
	- FRUTAS/SALADA DE FRUTAS(*)	G	250	250
	- OU MELANCIA/MELÃO	G	70/70	70/70
	- OU DOCES (PASTA/CREMOSO/ INDIVIDUAL DE QUALIDADE)	G	100/100/100	100/100/100
	- OU GELATINA, PUDIM, FLAN	G		0
VII	- REFRESCO C/ OU S/ AÇÚCAR OU	ML	200	200



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
 Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
 Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
 CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
 Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
 Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
 CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

	ADOÇANTE			

OBS: (*) AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

17.4 - VARIAÇÃO E FREQUÊNCIA DE ALIMENTOS E PREPARAÇÕES:

VARIAÇÃO E FREQUÊNCIA DE ALIMENTOS E PREPARAÇÕES COMPONENTES DOS CARDÁPIOS VÁLIDOS PARA TODO O MÊS, INCLUINDO TODAS AS GRANDES REFEIÇÕES					
	CARNES	TIPO OU CORTE	EXEMPLOS DE PREPARAÇÕES ENTRE OUTROS	FREQUÊNCIA (Nº DE VEZES)	
				SEMANAL	QUINZENAL
1	AVES	FILE DE FRANGO OU FRANGO EM PEDAÇO (PEITO, COXA OU SOBRECOPA)	ASSADA, GRELHADA, A CAÇADORA, STROGONOFF, À PASSARINHO, A MILANESA	04	----
2	PEIXES	FILÉ DE PESCADA, CAÇÃO, VIOLA, MERLUZA OU POSTA CAÇÃO.	À MILANESA, FRITO, COZIDO, ESCABECHE, A DORE.	02	----
3	FÍGADO		BIFE, ISCAS	----	01
4	DOBRADINHA	FRESCA	ENSOPADA	----	01
5	SUÍNOS LÍNGUA EMBUTIDOS	COPA LOMBO, CARRÉ, SALSICHÃO, LINGUIÇA, ETC	ASSADO / FRITO ENSOPADA ENSOPADO, FRITO ENSOPADO, FRITO	01	----
6	CARNE SECA		ENSOPADO	----	01
7	BOVINO	CHÃ DE DENTRO, LAGARTO, PATINHO ALCATRA.	BIFE ACEBOLADO, MOÍDA, ASSADA; ROLÉ, PANELA, PICADINHO, GOULASH; STROGONOFF, À PARMEGIANA LASANHA COM RECHEIO DE CARNE	PARA COMPLEMENTAR A FREQUÊNCIA MENSAL	



VARIAÇÃO		
ITENS	EXEMPLOS DE PREPARAÇÕES ENTRE OUTRAS	
1 - SALADAS	DE VEGETAIS A, B OU C (*) OU LEGUMINOSAS COZIDOS, SIMPLES OU MISTAS, TEMPERADAS COM AZEITE DE OLIVA.	
2 - SOPAS	DE VEGETAIS A, B OU C (*), MASSAS, CEREAIS E LEGUMINOSAS. CANJA	
3 - ARROZ	ARROZ BRANCO, PARBOILIZADO OU INTEGRAL	
4 - FEIJÃO	PRETO, MULATINHO, BRANCO, MANTEIGA, ETC	
5 - GUARNIÇÕES	VEGETAIS A, B OU C (*): PURÊ, CREME, PANACHE, JARDINEIRA, SOUFLÊ FARINHAS: FAROFA, PIRÃO, POLENTA. MASSA: TALHARIM, ESPAGUETE, NHOQUE, PENNE, PARAFUSO	
6 - MOLHOS	À CAMPANHA, ACEBOLADO, FERRUGEM, DE MANTEIGA COM SALSA, BRANCO, MAIONESE, DE TOMATE E OUTROS.	
7 - OVOS	PARA ENRIQUECIMENTO OU COMPLEMENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO.	
8 - SOBREMESAS	FRUTAS INTEIRAS OU SUBDIVIDIDAS (*) FRUTAS COZIDAS, ASSADAS OU EM COMPOTAS (*) DOCES CREMOSOS DE FRUTAS, INDIVIDUAIS, DE LEGUME OU DE LEITE. CREMES, PUDINS, GELATINAS E FLANS.	
9 - REFRESCO	DE SUCOS INDUSTRIALIZADOS, CONTENDO A POLPA DE FRUTA, DILUÍDOS NOS PERCENTUAIS INDICADOS NA EMBALAGEM OU QUANDO NATURAL DILUÍDO A CRITÉRIO DA CONTRATANTE (DEPENDENDO DA FRUTA).	
10 - CONDIMENTOS E OUTROS	NO PREPARO DE GRANDES REFEIÇÕES SERÃO UTILIZADOS: - SAL REFINADO, IODADO, COM BAIXO GRAU DE UMIDADE - ALHO E MASSA OU POLPA DE TOMATE - CEBOLA - TOMATE - VINAGRE OU SUCO DE LIMÃO. - PIMENTÃO, SALSA, CEBOLINHA E OUTROS - ÓLEO (SOJA, MILHO, ARROZ, GIRASSOL, CANOLA) - AZEITE DE OLIVA PARA COCÇÃO OU TEMPERO. - ERVAS SECAS OU FRESCAS.	5G Q.S(**) Q.S Q.S Q.S Q.S Q.S Q.S

OBS 1: (*) VEGETAIS E FRUTAS FICAM CONDICIONADOS À SAFRA.

OBS 2: (**) QS: quantidade suficiente.

OBS 3: PODERÃO SER INCLUÍDAS OUTRAS PREPARAÇÕES A CARGO DA CONTRATANTE.

17.5 - DIETAS BÁSICAS



17.5.1- PACIENTES

OBS: TODAS AS DIETAS ABAIXO RELACIONADAS QUE SE REFEREM AO ITEM LEITE DE VACA DEVERÃO SER DO TIPO EMBALAGEM TETRAPACK OU EM PÓ.

CONSISTÊNCIA: NORMAL/BRANDA/PASTOSA/SEMILÍQUIDA (*)

A) Pequenas Refeições

B) Grandes Refeições

A) PEQUENAS REFEIÇÕES			DESJEJUM 600	MERENDA 400	
VALOR ENERGETICO APROXIMADO (KCAL)					
Nº de Ordem	ALIMENTOS E / OU PREPARAÇÕES	UND	QUANTIDADE PREPARADA		
I	- CAFÉ (COM OU SEM AÇÚCAR)	ML	50		50
	- OU CHÁ (C/ OU S/ AÇÚCAR)	ML	200		200
	- OU MATE (C/ OU S/ AÇÚCAR)	ML	200		200
II	-LEITE (C/ OU S/ AÇÚCAR) P/ CAFÉ C/LEITE	ML	150		150
	- OU LEITE(C/ OU S/ AÇÚCAR) PURO	ML	200		200
	- OU ACHOCOLATADO	ML	200		200
	- OU IOGURTE INDIVIDUAL	UND	1 (200ML)		1(200ML)
III	- PÃO	G	50		50
	- OU BISCOITO	G	45		45
	- OU TORRADA	G	40		40
	- OU FARINHA (PARA MINGAU) + BISCOITO	G	20/30		20/30
	- OU BOLO	G	-		80
IV	- MANTEIGA INDIVIDUAL (COM OU SEM SAL)	UND	1 (10G)		1(10G)
	- OU GELÉIA DE FRUTAS INDIVIDUAL	UND	1(15G)		1(15G)
V	- QUEIJOS (COM OU SEM SAL): MINAS, PRATO, CREMOSO.	G	40		40
VI	- FRUTAS (**)	UND	1 EQ (***)		-
VII	- ÁGUA MINERAL (200ml)	UND	1		1



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

OBS 1: (*) AS DIETAS SEMI-LÍQUIDAS PODERÃO SER MAIS FRACIONADAS, MEDIANTE A TRANSFERÊNCIA DE UM OU MAIS ITENS DA COMPOSIÇÃO DAS PEQUENAS REFEIÇÕES PARA O HORÁRIO ESTABELECIDO NÃO HAVENDO ALTERAÇÃO DE PREÇO.

OBS 2: O LEITE UTILIZADO NAS PREPARAÇÕES DESCRITAS PODERÁ SER INTEGRAL, DESNATADO, SEMIDESNATADO OU SEM LACTOSE DE ACORDO COM A CONTRATANTE.

OBS 3: SUBSTITUIR O ITEM II PELO LEITE DE SOJA QUANDO O PACIENTE TIVER INTOLERÂNCIA AO LEITE DE VACA SEM ÔNUS.

OBS 4: O PÃO DAS PEQUENAS REFEIÇÕES SERÁ DE FORMA, INTEGRAL OU LIGHT DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE SEM ÔNUS.

OBS 5: (**) AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

OBS 6: (***) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:

AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g.

OBS 7: OS ALIMENTOS DOS GRUPOS II, III E IV PODERÃO SER SUBSTITUIDOS POR MINGAU COM A UTILIZAÇÃO DE LEITE, FARINHA E MANTEIGA PARA A PREPARAÇÃO DESTE, COMPLEMENTANDO-SE A QUOTA GLICÍDICA COM BISCOITO OU PÃO, SEM ÔNUS.

B) GRANDES REFEIÇÕES			ALMOÇO	JANTAR
VALOR ENERGETICO APROXIMADO (KCAL)			950/1025	850/1000
Nº DE ORDEM	ALIMENTOS E / OU PREPARAÇÕES	UND	QUANTIDADE PREPARADA	
II	- CEREAL	G	200	200
III	- LEGUMINOSAS	G	150	150
IV	CARNES:			
	- BOVINA	G	120	120
	- OU AVES SEM OSSO/COM OSSO	G	120/240	120/240
	- OU PEIXE (FILE/POSTA)	G	120/200	120/200
	- OU FÍGADO	G	120	120
	- OVO	UND	2	2
V	GUARNIÇÃO:			
	- VEGETAIS B OU C (*)	G	100/150	100/150
	- OU FAROFA	G	50	50
	- OU PIRÃO	G	100	100
	- OU POLENTA	G	100	100
	- MASSA	G	100	100



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

VI	SOBREMESA: - FRUTAS (**) - OU DOCE (PASTA/COMPOTA, ETC) - OU GELATINA, FLAN, PUDIM, MOUSSE	UND G G	1EQ(***) 40/80 100/100/10	1EQ(***) 40/80 100/100/100
VII	- SUCO DE FRUTAS OU POLPA INDUSTRIALIZADA DE FRUTAS	MI	200	200
VIII	- ÁGUA MINERAL (200 ml)	Und	1	1

OBS 1: (*) VEGETAIS: FICAM CONDICIONADOS À SAFRA. AS SALADAS CRUAS OU COZIDAS DEVERÃO SER TEMPERADAS COM AZEITE DE OLIVA.

OBS 2:(**) AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

OBS 3: (***) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:

AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g

OBS 4: A QUANTIDADE DE CEREAL E/OU MASSAS E DE LEGUMINOSAS PODERÃO SOFRER VARIAÇÃO NA GRAMATURA, CONFORME ACIMA ESTABELECIDO, DESDE QUE A NECESSIDADE DE MAIOR APORTE CALÓRICO SEJA JUSTIFICADA TECNICAMENTE, NÃO IMPLICANDO EM ALTERAÇÃO DE PREÇO.

17.5.2 - PACIENTES INFANTIS:

A) LACTENTES – as dietas serão compostas exclusivamente de fórmulas lácteas, podendo também, de acordo com o caso do paciente, ser utilizadas as fórmulas não lácteas,

B) Até 12 anos de idade, inclusive, as dietas deverão ser compostas a partir das dietas básicas ou de restrição de acordo com o estabelecido pela UAN de forma a atender às necessidades individuais do paciente.

17.6.- DIETAS DE RESTRIÇÃO: PACIENTES

17.6.1- DIETA HIPOGLICÍDICA

PADRÃO: 1800 KCAL/DIA (*)

CONSISTÊNCIA: NORMAL/BRANDA/PASTOSA/SEMI-LÍQUIDA (**)

A) Pequenas Refeições

B) Grandes Refeições

A) PEQUENAS REFEIÇÕES	DESJEJUM	MERENDA	
VALOR ENERGETICO APROXIMADO (KCAL)	360	360	



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
 Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
 Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
 CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

Nº DE ORD EM	ALIMENTOS E/OU PREPARAÇÕES	UN D	QUANTIDADE PREPARADA		
I	- CAFÉ (SEM AÇÚCAR)	ml	50		50
	- OU CHÁ (SEM AÇÚCAR)	ml	200		200
	- OU MATE (SEM AÇÚCAR)	ml	200		200
II	- LEITE (SEM AÇÚCAR) PURO	ml	200		200
	- OU LEITE (SEM AÇÚCAR)	ml	150		150
	P/CAFÉ OU LEITE DE SOJA	ml	200		200
	- OU IOGURTE DIETETICO	UN D	1(200ml)		1(200ml)
III	- PÃO (COM OU SEM SAL)	G	50		50
	- OU BISCOITO (C/ OU S/ SAL)	G	40		40
	- OU TORRADA OU BOLO DIET	G	45/70		45/70
	- OU FARINHA (PARA MINGAU)	G	20/25		20/25
	+ BISCOITO C/ OU S/SAL				
IV	- MANTEIGA INDIVIDUAL (COM OU SEM SAL)	UN D	1(10g)		1(10g)
V	- QUEIJO (COM OU SEM SAL):	G	40		40
VI	- FRUTA (***)	UN D	1 EQ(****)		-
VIII	- ÁGUA MINERAL (200 ml)	UN D	1		1

OBS 1: (*) O VALOR CALÓRICO DA DIETA PODERÁ SER ALTERADO (O ACRÉSCIMO OU REDUÇÃO DE ALIMENTOS BEM COMO ADIÇÃO DE EDULCORANTES NÃO IMPLICARÃO, NESTE CASO, EM ALTERAÇÃO DE PREÇO). PERCENTUAL GLICÍDICO EM TORNO DE 49%.

OBS 2: FORNECER ADOÇANTE EM SACHÊ AO PACIENTE.

OBS 3: (**) AS DIETAS SEMI-LÍQUIDAS PODERÃO SER MAIS FRACIONADAS, MEDIANTE A TRANSFERÊNCIA DE UM OU MAIS ITENS DA COMPOSIÇÃO DAS PEQUENAS REFEIÇÕES PARA O HORÁRIO ESTABELECIDO NÃO HAVENDO ALTERAÇÃO DE PREÇO.

OBS 4: O LEITE UTILIZADO NAS PREPARAÇÕES DESCRITAS PODERÁ SER INTEGRAL, DESNATADO, SEMIDESNATADO OU SEM LACTOSE DE ACORDO COM A CONTRATANTE.

OBS 5: O PÃO DAS PEQUENAS REFEIÇÕES SERÁ DE FORMA, INTEGRAL OU LIGHT DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE SEM ÔNUS.

OBS 6: SUBSTITUIR O ITEM II PELO LEITE DE SOJA QUANDO O PACIENTE TIVER INTOLERÂNCIA AO LEITE DE VACA. SEM ÔNUS.

OBS 7:(***)AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

OBS 8: (****) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:



AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g.

OBS 9: OS ALIMENTOS DOS GRUPOS II, III E IV PODERÃO SER SUBSTITUIDOS POR MINGAU COM A UTILIZAÇÃO DE LEITE, FARINHA E MANTEIGA PARA A PREPARAÇÃO DESTES, COMPLEMENTANDO-SE A QUOTA GLICÍDICA COM BISCOITO OU PÃO, SEM ÔNUS.

B) GRANDES REFEIÇÕES			ALMOÇO	JANTAR
VALOR ENERGETICO APROXIMADO (KCAL)			500	490
Nº DE ORDEM	ALIMENTOS E / OU PREPARAÇÕES	UND	QUANTIDADE PREPARADA	
II	CARNES:			
	- BOVINA	G	120	120
	- OU AVES SEM OSSO/ COM OSSO	G	120/240	120/240
	- OU PEIXE (FILE/POSTA)	G	120/200	120/200
	- OVO	UND	2	2
III	ARROZ:			
	- OU MASSAS	G	-	-
	- OU VEGETAIS C (20% de glicídio) (*)	G	200	200
		G	200	200
IV	- LEGUMINOSAS	G	150	150
V	VEGETAIS B (10%de glicídio) (*) LEGUMES COZIDOS, EM PURÊS, SOUFLES OU SOPAS	G	150	150
VI	SOBREMESA:			
	- FRUTAS (**)	UND	1 EQ (***)	1 EQ (***)
	- OU DOCES DIETÉTICOS	G	60	60
	- OU GELATINAS DIETÉTICAS	G	60	60
	- OU COMPOTAS DIETÉTICAS	G	60	60
VII	SUCO DE FRUTAS OU POLPA DE FRUTAS INDUSTRIALIZADA	ML	200	200
VIII	- ÁGUA MINERAL (200ml)	UND	1	1

OBS 1: (*)OS VEGETAIS A E B PODEM SER UTILIZADOS EM UMA ÚNICA PREPARAÇÃO (EX: SALADAS MISTAS OU SOPAS). OS VEGETAIS FICAM CONDICIONADOS À SAFRA. AS SALADAS CRUAS OU COZIDAS DEVERÃO SER TEMPERADAS COM AZEITE DE OLIVA.

OBS 2:(**)AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

OBS 3: (***) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:

AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g.



OBS 4: A QUANTIDADE DE CEREAL E/OU MASSAS E DE LEGUMINOSAS PODERÃO SOFRER VARIAÇÃO NA GRAMATURA, CONFORME ACIMA ESTABELECIDO, DESDE QUE A NECESSIDADE DE MAIOR APORTE CALÓRICO SEJA JUSTIFICADA TECNICAMENTE, NÃO IMPLICANDO EM ALTERAÇÃO DE PREÇO.

17.7. - DIETA ISENTA DE LACTOSE

CONSISTÊNCIA: NORMAL/BRANDA/PASTOSA/SEMI-LÍQUIDA (*)

A) Pequenas Refeições

B) Grandes Refeições

A) PEQUENAS REFEIÇÕES			DESJEJUM		MERENDA	
VALOR ENERGETICO APROXIMADO (KCAL)			285		285	
Nº DE ORDEM	ALIMENTOS E / OU PREPARAÇÕES	UND	QUANTIDADE PREPARADA			
I	- LEITE DE SOJA OU DESLACTOSADO COM OU SEM AÇUCAR OU ADOÇANTE.	MI	150		150	
II	- PÃO - OU BISCOITO OU TORRADA	G G	50		50	
			45/40		45/40	
III	- FRUTA (**)	UND	1EQ(***)		-	
IV	- CHÁ COM AÇÚCAR/ADOÇANTE - OU CAFÉ	MI MI	200		200	
			50		50	
V	- QUEIJO (COM OU SEM SAL) DE SOJA (TOFU) - GELÉIA DE FRUTA INDIVIDUAL:	G UND	30 1(15G)		30 1(15G)	
VI	- ÁGUA MINERAL (200 ml)	UND	1		1	



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

OBS 1: (*) AS DIETAS SEMI-LÍQUIDAS PODERÃO SER MAIS FRACIONADAS, MEDIANTE A TRANSFERÊNCIA DE UM OU MAIS ITENS DA COMPOSIÇÃO DAS PEQUENAS REFEIÇÕES PARA O HORÁRIO ESTABELECIDO NÃO HAVENDO ALTERAÇÃO DE PREÇO.

OBS 2: O PÃO DAS PEQUENAS REFEIÇÕES SERÁ DE FORMA, INTEGRAL OU LIGHT DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE SEM ÔNUS.

OBS 3:(**)AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

OBS 4: (***) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:

AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g.

OBS 5: OS ALIMENTOS DOS GRUPOS I e II PODERÃO SER SUBSTITUIDOS POR MINGAU COM A UTILIZAÇÃO DE LEITE, FARINHA E MANTEIGA PARA A PREPARAÇÃO DESTES, COMPLEMENTANDO-SE A QUOTA GLICÍDICA COM BISCOITO OU PÃO NAS QUANTIDADES INDICADAS CONFORME RELAÇÃO DE PREPARAÇÕES COMPLEMENTARES.

B) GRANDES REFEIÇÕES			ALMOÇO	JANTAR
VALOR ENERGETICO APROXIMADO (KCAL)			500	490
Nº DE ORDEM	ALIMENTOS E / OU PREPARAÇÕES	UND	QUANTIDADEPREPARADA	
I	ENTRADA: VEGETAIS A (EM SALADAS) (*)	G	80	80
II	CEREAL: - ARROZ - OU MACARRÃO	G	200	200
		G	200	200
III	CARNES: - BOVINA - OU AVES SEM OSSO/COM OSSO - OU PEIXE (FILE/POSTA) - OVO	G	120	120
		G	120/240	120/240
		G	120/200	120/200
		UND	2	2
IV	GUARNIÇÃO: - VEGETAIS B OU C(*)	G	150	150
V	- LEGUMINOSAS	G	150	150
VI	SOBREMESA: - FRUTAS EM GERAL (**) - OU DOCES CASEIROS ISENTOS DE LACTOSE	UND	1EQ(***)	1EQ(***)
		G	100	100



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
 Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
 Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
 CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
 Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
 Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
 CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

VII	- SUCO DE FRUTAS OU POLPA DE FRUTAS INDUSTRIALIZADA	ML	200	200
VIII	- ÁGUA MINERAL (200 ml)	UND	1	1

OBS 1: (*)OS VEGETAIS A E B PODEM SER UTILIZADOS EM UMA ÚNICA PREPARAÇÃO (EX: SALADAS MISTAS OU SOPAS). OS VEGETAIS FICAM CONDICIONADOS À SAFRA. AS SALADAS CRUAS OU COZIDAS DEVERÃO SER TEMPERADAS COM AZEITE DE OLIVA.

OBS 2:(**)AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

OBS 3: (***) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:

AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g.

OBS 4: A QUANTIDADE DE CEREAL E/OU MASSAS E DE LEGUMINOSAS PODERÃO SOFRER VARIAÇÃO NA GRAMATURA, CONFORME ACIMA ESTABELECIDO, DESDE QUE A NECESSIDADE DE MAIOR APORTE CALÓRICO SEJA JUSTIFICADA TECNICAMENTE, NÃO IMPLICANDO EM ALTERAÇÃO DE PREÇO.

17.8. - DIETA HIPOSSÓDICA

CONSISTÊNCIA: NORMAL/BRANDA/PASTOSA/SEMI-LÍQUIDA (*)

A) Pequenas Refeições

B) Grandes Refeições

A) PEQUENAS REFEIÇÕES			DESJEJUM	MERENDA
VALOR ENERGETICO APROXIMADO (KCAL)			360	360
Nº DE ORDEM	ALIMENTOS E / OU PREPARAÇÕES	UND	QUANTIDADE PREPARADA	
I	CAFÉ (COM OU SEM AÇÚCAR)	ML	50	50
	- OU CHÁ (C/ OU S/ AÇÚCAR)	ML	200	200
	- OU MATE (C/ OU S/ AÇÚCAR)	ML	200	200
II	LEITE PURO (C/ OU S/ AÇÚCAR)	MI	200	200
	- OU LEITE PARA CAFÉ	MI	150	150
	(C/ OU S/ AÇÚCAR)	UND	1(200ml)	1(200ml)
	- OU IOGURTE COMUM	MI	200	200
	- OU ACHOCOLATADO			



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

III	- PÃO (SEM SAL)	G	50	50
	- OU BISCOITO (SEM SAL)	G	40	40
	- OU TORRADA (SEM SAL)	G	40	40
	- OU FARINHA (PARA MINGAU)+BISCOITO	G	20/40	20/40
	- BOLO	G	-	80
IV	- MANTEIGA INDIVIDUAL (SEM SAL)	UND	1(10G)	1(10G)
	- OU GELÉIA DE FRUTA INDIVIDUAL	UND	1(15G)	1(15G)
V	- QUEIJOS (SEM SAL)	G	40	40
VI	- FRUTAS (**)	UND	1EQ(***)	-
VII	- ÁGUA MINERAL (200 ml)	UND	1	1

OBS 1: (*) AS DIETAS SEMI-LÍQUIDAS PODERÃO SER MAIS FRACIONADAS, MEDIANTE A TRANSFERÊNCIA DE UM OU MAIS ITENS DA COMPOSIÇÃO DAS PEQUENAS REFEIÇÕES PARA O HORÁRIO ESTABELECIDO NÃO HAVENDO ALTERAÇÃO DE PREÇO.

OBS 2: O LEITE UTILIZADO NAS PREPARAÇÕES DESCRITAS PODERÁ SER INTEGRAL, DESNATADO, SEMIDESNATADO OU SEM LACTOSE DE ACORDO COM A CONTRATANTE.

OBS 3: SUBSTITUIR O ITEM I PELO LEITE DE SOJA QUANDO O PACIENTE TIVER INTOLERÂNCIA AO LEITE DE VACA SEM ÔNUS.

OBS 4: O PÃO DAS PEQUENAS REFEIÇÕES SERÁ DE FORMA, INTEGRAL OU LIGHT DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE SEM ONUS.

OBS 5:(**) AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

OBS 6: (***) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:

AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g.

OBS 7: OS ALIMENTOS DOS GRUPOS II, III E IV PODERÃO SER SUBSTITUIDOS POR MINGAU COM A UTILIZAÇÃO DE LEITE, FARINHA E MANTEIGA PARA A PREPARAÇÃO DESTE, COMPLEMENTANDO-SE A QUOTA GLICÍDICA COM BISCOITO OU PÃO NAS QUANTIDADES INDICADAS CONFORME RELAÇÃO DE PREPARAÇÕES COMPLEMENTARES.



B) GRANDES REFEIÇÕES			ALMOÇO	JANTAR
VALOR ENERGETICO APROXIMADO (KCAL)			500	490
Nº DE ORDEM	ALIMENTOS E / OU PREPARAÇÕES	UND	QUANTIDADE PREPARADA	
II	- MASSA E/ OU ARROZ	G	200	200
III	-LEGUMINOSAS	G	150	150
IV	CARNES:			
	- BOVINA	G	120	120
	- OU AVES (S/ OSSO E C/ OSSO)	G	120/200	120/200
	- OU PEIXE (FILÉ OU POSTA)	G	120/200	120/200
	- OVO	UND	2	2
V	GUARNIÇÃO:			
	- VEGETAIS A,B E/OU C (*).	G	100/150	100/150
	- OU FAROFA	G	50	50
	- OU PIRÃO	G	100	100
	- OU POLENTA	G	100	100
VI	SOBREMESA:			
	- FRUTAS (**)	UND	1EQ(***)	1EQ(***)
	- OU DOCES (PASTA / COMPOTA)	G	80	80
	- OU GELATINA, FLAN, PUDIM	G	100/100/100	100/100/100
VII	- SUCO DE FRUTAS OU POLPA DE FRUTAS INDUSTRIALIZADA	ML	200	200
VII	- ÁGUA MINERAL (200 ml)	UND	1	1

OBS 1: O SAL ADICIONAL NECESSÁRIO DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO 1 g CADA.

OBS 2: (*) OS VEGETAIS A E B PODEM SER UTILIZADOS EM UMA ÚNICA PREPARAÇÃO (EX: SALADAS MISTAS OU SOPAS). OS VEGETAIS FICAM CONDICIONADOS À SAFRA. AS SALADAS CRUAS OU COZIDAS DEVERÃO SER TEMPERADAS COM AZEITE DE OLIVA.

OBS 3:(**) AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

OBS 4: (***) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:

AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g.

OBS 4: A QUANTIDADE DE CEREAL E/OU MASSAS E DE LEGUMINOSAS PODERÃO SOFRER VARIAÇÃO NA GRAMATURA, CONFORME ACIMA ESTABELECIDO, DESDE QUE



A NECESSIDADE DE MAIOR APORTE CALÓRICO SEJA JUSTIFICADA TECNICAMENTE, NÃO IMPLICANDO EM ALTERAÇÃO DE PREÇO.

17.9. - DIETA HIPOLIPÍDICA

CONSISTÊNCIA: NORMAL/BRANDA/PASTOSA/SEMI-LÍQUIDA (*)

A) Pequenas Refeições

B) Grandes Refeições

A) PEQUENAS REFEIÇÕES			DESJEJUM	MERENDA
VALOR ENERGETICO APROXIMADO (KCAL)			360	360
Nº DE ORDEM	ALIMENTOS E / OU PREPARAÇÕES	UND	QUANTIDADE PREPARADA	
I	- CAFÉ (COM OU SEM AÇÚCAR)	ML	50	50
	-OU CHÁ (C/ OU S/ AÇÚCAR)	ML	200	200
	- OU MATE (C/ OU S/ AÇÚCAR)	ML	200	200
II	- LEITE PURO (C/ OU S/ AÇÚCAR) DESNATADO OU SOJA.	ML	200	200
	- OU LEITE PARA CAFÉ COM LEITE (C/ OU S/ AÇÚCAR) DESNATADO	ML	150	150
	- OU IOGURTE DESNATADO	UND	1(200ML)	1(200ML)
III	- PÃO	G	50	50
	- OU BISCOITO	G	40	40
	- OU TORRADA	G	45	45
	- OU FARINHA (PARA MINGAU)	G	20/40	20/40
	+ BISCOITO			
IV	- GELÉIA DE FRUTAS INDIVIDUAL	UND	1(15G)	1(15G)
V	- QUEIJOS (SEM GORDURA)	G	40	40
VI	- FRUTAS (**)	UND	1EQ(***)	-
VII	- ÁGUA MINERAL (200 ml)	UND	1	1

OBS 1:(*) AS DIETAS SEMI-LÍQUIDAS PODERÃO SER MAIS FRACIONADAS, MEDIANTE A TRANSFERÊNCIA DE UM OU MAIS ITENS DA COMPOSIÇÃO DAS PEQUENAS REFEIÇÕES PARA O HORÁRIO ESTABELECIDO NÃO HAVENDO ALTERAÇÃO DE PREÇO.



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
 Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
 Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
 CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

OBS 2: O LEITE UTILIZADO NAS PREPARAÇÕES DESCRITAS PODERÁ SER INTEGRAL, DESNATADO, SEMIDENATADO OU SEM LACTOSE DE ACORDO COM A CONTRATANTE.

OBS 3: SUBSTITUIR O ITEM II PELO LEITE DE SOJA QUANDO O PACIENTE TIVER INTOLERÂNCIA AO LEITE DE VACA SEM ÔNUS.

OBS 4: O PÃO DAS PEQUENAS REFEIÇÕES SERÁ DE FORMA, INTEGRAL OU LIGHT DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE SEM ONUS.

OBS 5:(**) AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

OBS 6: (***) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:

AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g.

OBS 7: OS ALIMENTOS DOS GRUPOS II, III E IV PODERÃO SER SUBSTITUIDOS POR MINGAU COM A UTILIZAÇÃO DE LEITE, FARINHA E MANTEIGA PARA A PREPARAÇÃO DESTE, COMPLEMENTANDO-SE A QUOTA GLICÍDICA COM BISCOITO OU PÃO NAS QUANTIDADES INDICADAS CONFORME RELAÇÃO DE PREPARAÇÕES COMPLEMENTARES SEM ÔNUS.

B) GRANDES REFEIÇÕES

B) GRANDES REFEIÇÕES			ALMOÇO	JANTAR
VALOR ENERGETICO APROXIMADO (KCAL)			890/965	790/840
Nº DE ORDEM	ALIMENTOS E / OU PREPARAÇÕES	UND	QUANTIDADEPREPARADA	
II	-MASSA E/ OU ARROZ	G	200	200
III	-LEGUMINOSAS	G	150	150
IV	CARNES:			
	- BOVINA	G	120	120
	- OU AVES (S/ OSSO E C/ OSSO)	G	120/240	120/240
	- OU PEIXE (FILÉ OU POSTA)	G	120/200	120/200
	- OVO	UND	2	2
V	GUARNIÇÃO:			
	- VEGETAIS A, B E/OU C (*).	G	100/150	100/150
	- OU PIRÃO	G	100	100
	- OU POLENTA	G	100	100
VI	SOBREMESA:			
	- FRUTAS (**)	UND	1EQ(***)	1EQ(***)
	- OU DOCES (PASTA / COMPOTA)	G	80	80
	- OU GELATINA	G	100	100



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

VII	- ÁGUA MINERAL (200 ml)	UND	1	1
VIII	- SUCO DE FRUTAS OU POLPA DE FRUTAS INDUSTRIALIZADA	ML	200	200

OBS 1: (*) OS VEGETAIS A E B PODEM SER UTILIZADOS EM UMA ÚNICA PREPARAÇÃO (EX: SALADAS MISTAS OU SOPAS). OS VEGETAIS FICAM CONDICIONADOS À SAFRA. AS SALADAS CRUAS OU COZIDAS DEVERÃO SER TEMPERADAS COM AZEITE DE OLIVA.

OBS 2:(**) AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

OBS 3: (***) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:

AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g.

OBS 4: A QUANTIDADE DE CEREAL E/OU MASSAS E DE LEGUMINOSAS PODERÃO SOFRER VARIAÇÃO NA GRAMATURA, CONFORME ACIMA ESTABELECIDO, DESDE QUE A NECESSIDADE DE MAIOR APORTE CALÓRICO SEJA JUSTIFICADA TECNICAMENTE, NÃO IMPLICANDO EM ALTERAÇÃO DE PREÇO.

17.10. - DIETA LÍQUIDA

PADRÃO: 1200 KCAL/DIA
CONSISTÊNCIA: LÍQUIDA

- A) Pequenas Refeições
- B) Grandes Refeições

A) PEQUENAS REFEIÇÕES	DESJEJUM	MERENDA	
VALOR ENERGÉTICO APROXIMADO (KCAL)	300	300	
- CHÁ OU MATE OU LEITE OU CAFÉ COM LEITE (200 ml); - OU SUCO DE FRUTAS (*) NATURAIS COM OU SEM VEGETAIS (200 ml); - OU FRUTAS (*) LIQUIDIFICADAS COM OU SEM LEITE, COM OU SEM COMPLEMENTO DE FARINHA (200 ml); - OU MINGAU (5% OU 10% DE FARINHA) COM OU SEM SACAROSE, COM OU SEM ADOÇANTE, COM OU SEM - GLUCOSE DE MILHO, COM OU SEM MALTODEXTRINA (200 ml); - OU IOGURTE COMUM OU DIETÉTICO (200 ml); - + GELÉIA DE MOCOTÓ (50G) OU GELATINA (80G) OU SORVETE (100 ml) - + AGUA MINERAL (200 ML)			

OBS 1: O LEITE UTILIZADO NAS PREPARAÇÕES DESCRITAS PODERÁ SER INTEGRAL, DESNATADO, SEMIDESNATADO OU SEM LACTOSE DE ACORDO COM A CONTRATANTE.



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

OBS 2: SUBSTITUIR O ITEM I PELO LEITE DE SOJA QUANDO O PACIENTE TIVER INTOLERÂNCIA AO LEITE DE VACA SEM ÔNUS.

OBS 3: (*) EQUIVALENTES DAS FRUTAS:

AMEIXA SECA - 50g, BANANA - 100g, LARANJA - 80g, MAÇÃ - 70g, MAMÃO - 80g, PÊRA - 80g, MELANCIA - 80g, ABACAXI - 80g, MELÃO - 80g.

OBS 4:(*) AS FRUTAS FICAM CONDICIONADAS À SAFRA.

B) GRANDES REFEIÇÕES	ALMOÇO	JANTAR
VALOR ENERGÉTICO APROXIMADO (KCAL)	350	350
I) PORÇÃO 300 ml - CALDO DE LEGUMES COM OU SEM CARNE - OU CALDO DE LEGUMES TAMISADOS - OU SOPA CREME COM CARNE E/OU CREME DE LEITE E/OU OVO - OU CANJA OU CANJA LIQUIDIFICADA - OU CALDO DE FEIJÃO;		
II) - GELÉIA DE MOCOTÓ (50G) - OU GELATINA (80G) - OU CREME DE FRUTAS NATURAIS (150G) - OU PUDINS (80G);		
III) PORÇÃO 200 ml - SUCO DE FRUTAS OU POLPA DE FRUTA INDUSTRIALIZADA COADOS, COM OU SEM SACAROSE, COM OU SEM ADOÇANTE, COM OU SEM GLUCOSE DE MILHO, COM OU SEM MALTODEXTRINA		
IV) - AGUA MINERAL (200 ml)		

17.11. - DIETA COM REDUÇÃO DE RESÍDUOS:

Esta dieta terá composição idêntica à das dietas básicas, com substituição dos alimentos ricos em resíduos e sem alteração do preço das dietas básicas.

- A) Pequenas Refeições
- B) Grandes Refeições

OBS1: Em todas as refeições deverá ser fornecido um copo de água mineral de 200 ml

17.12. - DIETAS DE ACRÉSCIMO - PACIENTES:



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

As dietas de acréscimo serão compostas a partir das dietas básicas complementadas com alimentos e preparações ricas no nutriente adequado.

- A) Pequenas Refeições
- B) Grandes Refeições

OBS1: Em todas as refeições deverá ser fornecido um copo de água mineral de 200 ml

17.13 – DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO MENSAL E FATURAMENTO

17.13.1 - A Nota Fiscal e o Relatório de Avaliação do Serviço prestado mensalmente deverão ser atestados pela Coordenação Administrativa da UNIDADE, com assinatura e carimbo próprios.

a) O **CONTRATANTE** deverá comunicar imediatamente ao **CONTRATADO** o recebimento de eventuais notificações de autuação decorrentes de sua atividade. A **CONTRATADA** será responsável pelos valores cobrados diretamente do Estado pelos órgãos de fiscalização de atividades (como, por exemplo, o Ministério de Trabalho e Emprego), decorrentes da atividade objeto do contrato, valores estes que serão retidos do valor devido pela prestação do serviço do mês subsequente à notificação, como garantia do débito exigido do **CONTRATANTE**.

b) O **CONTRATANTE** deverá liberar o valor retido pelo Estado, caso a **CONTRATADA** comprove posteriormente que a autuação não decorreu de sua atividade, anule a autuação ou por qualquer outro modo impeça definitivamente a cobrança.

17.14. - Apresentar, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, os documentos abaixo relacionados:

- Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição Federal;
- GFIP (cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, referente ao mês anterior);
- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;
- Cópia da relação dos prestadores de serviço lotados nas Unidades Hospitalares, constantes no arquivo SEFIP;
- Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet; Relatório de concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- Atestados de saúde ocupacional referente à realização de exames admissionais, demissionais, periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho quando pertinente;

17.15. - A Gerência de Contratos é responsável pelo acompanhamento da prestação de serviço e deverá receber uma cópia de cada Nota Fiscal com suas respectivas planilhas e mapa com a frequência diária de comensais de acordo com o controle da unidade.

17.15.1. - O faturamento será mensal, incidindo sobre as refeições, unidade ou fração de unidade de alimentos e preparações efetivamente fornecidas, respeitando o critério a seguir estabelecido:



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

CLIENTELA	FORMA DE COBRANÇA	TIPO DE REFEIÇÃO OU DIETA
SERVIDORES	POR UNIDADE DE PEQUENA OU GRANDE REFEIÇÃO	DESJEJUM / ALMOÇO / MERENDA/ JANTAR/
PACIENTES (ADULTOS E INFANTIS (**))	a) POR UNIDADE DE PEQUENA OU DE GRANDE REFEIÇÃO b) POR UNIDADE OU FRAÇÃO DE UNIDADE DOS ALIMENTOS E PREPARAÇÕES COMPLEMENTARES FÓRMULAS LÁCTEAS POR ALIMENTO “ <i>IN NATURA</i> ”, PREPARADO OU INDUSTRIALIZADO, RESPEITANDO O PREÇO CORRENTE NA PRAÇA.	- DIETAS BÁSICAS: NORMAL, BRANDA, PASTOSA, SEMILÍQUIDA, LÍQUIDA (***) - DIETAS DE RESTRIÇÃO - DIETAS PARA LACTENTES - ACRÉSCIMO DAS DIETAS BÁSICAS - OUTRAS DIETAS - ALIMENTOS E PREPARAÇÕES EXTRAS, FÓRMULAS LÁCTEAS (ESPECIFICADOS NESTE EDITAL)

OBS 1: (*) Para as acompanhantes que estão na pediatria, grávidas e/ ou amamentando deverá ser fornecida a merenda.

OBS 2: (**) As grandes refeições fornecidas para pacientes infantis com idade até 12 anos terão preço unitário fixado em 80% do valor praticado para as dietas básicas.

OBS 3: (***) As dietas líquidas fornecidas para pacientes terão preço unitário fixado em 60% (sessenta por cento) do valor praticado para as dietas básicas.

17.16. - O pagamento da(s) Nota(s) Fiscais/Fatura, só será efetuado mediante assinatura no verso de cada Fatura e preenchimento/assinatura do relatório de avaliação de desempenho mensal pelo Coordenador Administrativo da unidade ou, na sua impossibilidade, pelo Gerente de Contratos da **CONTRATANTE**.

17.17. - LISTAGEM DE UTENSÍLIOS E MATERIAL DESCARTÁVEL PADRONIZADO PARA PACIENTES:

A.1 - UTENSÍLIOS

A.1.1 Talheres de mesa, sobremesa, chá e café, em aço inoxidável de primeira qualidade;

A.1.2 Copo térmico com tampa própria.

A.1.3 Recipientes isotérmicos para transporte de sorvetes, picolés e gelatinas para distribuição aos pacientes.

A.2 - MATERIAL DESCARTÁVEL

A.2.1 Copo plástico que não se deforme com o manuseio normal, com capacidade de 300 ml (com tampa) para fornecimento de líquidos;

A.2.2 Guardanapo de papel branco com 24 x 24 cm, de 1ª qualidade;

A.2.3 Embalagem plástica com tampa para sobremesa;

A.2.4 Embalagem plástica para talheres;



- A.2.5 Etiqueta para identificação de acordo com a padronização da SND da unidade;
- A.2.6 Embalagem aluminizada com tampa tipo “quentinha ou marmitex” com três ou quatro divisões e talheres descartáveis para setores de emergência, isolamento, etc., além de outros setores que justifiquem comprovadamente seu uso;
- A.2.7 Refil para bandeja e prato térmico com três ou quatro divisões;
- A.2.8 Talheres de mesa, sobremesa, chá e café, em material descartável de primeira qualidade;
- A.2.9. Canudo articulado embalado individualmente.

A) PARA SERVIDORES:

B.1 - UTENSÍLIOS:

- B.1.1 Talheres de mesa, sobremesa, chá e café, em aço inoxidável de primeira qualidade;
- B.1.2 Prato fundo, prato raso, prato de sobremesa, xícara média com capacidade de 200/250 ml com pires, travessas individuais funda e rasa, em louça branca de primeira qualidade

B.2 - MATERIAL DESCARTÁVEL

- B.2.1 Copo plástico com capacidade de 50 ml que não se deforme com o manuseio comum;
- B.2.2 Copo com capacidade de 200 ml, com ou sem tampa que não se deforme com o manuseio comum;
- B.2.3 Guardanapo de papel branco com 24 x 24 cm de 1º qualidade;
- B.2.4 Embalagem plástica com ou sem tampa, para sobremesa;
- B.2.5 Embalagem plástica para talheres.

B) UTENSÍLIO E MATERIAL DESCARTÁVEL PARA GUARDA E TRANSPORTE:

C.1 - DE GÊNEROS:

- C.1.1 Contentores plásticos transparentes com tampa, de 1ª qualidade, para depósito de gêneros alimentícios;
- C.1.2 Contentores plásticos isotérmicos de 1ª qualidade para transporte.

C.2 - DE LIXO:

- C.2.1 Sacos plásticos apropriados de material resistente descartável de capacidade adequada aos recipientes;
- C.2.2 Recipientes com tampas acionadas por pedal.

17.18 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.18.1 - A Fiscalização dos serviços será exercida pelo Gerente de Contratos do **CEPEGE**, a quem incumbirá acompanhar a conformidade dos serviços, dirimindo as dúvidas que surgirem ao longo da execução do contrato, e determinando à **CONTRATADA** as providências necessárias ao seu regular e efetivo cumprimento.

17.18.2 - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne ao objeto contratado, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o **CEPEGE** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na fiscalização dos mesmos não implicará em corresponsabilidade do **CEPEGE** ou de seus prepostos.

18 – FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 - Ressalvada circunstância imprevista, o pagamento será efetuado, por meio de depósito em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA**, entre os dias 11 e 21 do mês subsequente ao serviço



prestado, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, e com o aceite devidamente atestado, de acordo com os valores constantes da proposta da CONTRATADA.

18.2 - A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, junto com os documentos de faturamento da prestação de serviço, toda a documentação referente aos funcionários lotados nas instalações do Hospital, quando aplicável, relativas ao mês anterior ao mês faturado em referência.

18.3 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser atestada pela administração da UPA 24h e, no caso de ocorrer a não aceitação dos serviços faturados, o fato será de imediato comunicado à CONTRATADA, para retificação das causas de seu indeferimento.

18.4 - O pagamento da fatura à CONTRATADA fica condicionado à prévia comprovação de quitação de todas as obrigações trabalhistas mensais perante a CONTRATANTE, incluindo remuneração, eventuais adicionais devidos e encargos de FGTS e Previdenciários.

18.5 - Caso se verifique o inadimplemento da CONTRATADA, o CEPEGE poderá consignar o pagamento em juízo, a ser providenciado por meio adequado.

18.6 - A Nota Fiscal/Fatura, deverá vir acompanhada das devidas comprovações de regularidade da CONTRATADA (Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, além da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) e Relatórios de Execução dos Serviços.

19. DA HABILITAÇÃO

19.1. O interessado na prestação do serviço objeto do presente Termo de Referência deverá, caso seja selecionado, apresentar os seguintes documentos:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b) **NO CASO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial (não sendo o contrato social consolidado apresentar juntamente todos os aditivos a este) em se tratando de sociedades empresárias: devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

c) **NO CASO DE SOCIEDADE SIMPLES:** ato constitutivo devidamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

d) **NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS:** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

OBS: Os documentos listados acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

e) **CÓPIA DE DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO E CPF**, de Sócio-Administrador ou do titular da empresa, ou presidente da cooperativa, conforme o caso;

II - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, CONFORME O CASO:

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em papel timbrado do órgão emissor constando o período do fornecimento dos itens, de modo a comprovar que a licitante já forneceu os bens do objeto



deste edital ou outro semelhante, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência. Os atestados deverão estar necessariamente em nome da licitante.

- b) Prova de inscrição, ou registro, da LICITANTE junto ao Conselho Regional de Nutrição - CRN, da localidade da sede da PROPONENTE.
- c) Comprovação de que possui em seu quadro de pessoal, 01 (um) profissional de nível superior graduado em nutrição, devidamente registrado junto ao Conselho de Classe a qual pertence.

III) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, conforme o caso:

- a) – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, conforme segue:

I) A comprovação de regularidade para com a **Fazenda Federal** deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

II) A comprovação de regularidade para com a **Fazenda Estadual** deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

III) A comprovação de regularidade para com a **Fazenda Municipal** deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

IV). Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS e;

V). Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

IV. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a). Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal, já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado, comprovado através do cálculo dos seguintes índices contábeis, devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta.

b). Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física (artigo 31 da Lei nº 8.666/93) em data não superior a 30 (trinta) dias.

V) DECLARAÇÕES

a) **Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**, conforme 7º, XXXIII da Constituição Federal, constante ao Anexo II deste instrumento;

b) **Declaração de não possuir sócios cotistas**, sócio administrador, dirigentes ou controladores a que se refere o artigo 116 da Lei nº 6404/76, que sejam colaboradores do **CEPEGE**, conforme modelo constante no Anexo III deste instrumento;

c) Declaração de que não possui impedimento de contratar com a Administração Pública, conforme Modelo do Anexo IV;



d) Declaração afirmando ter tomado conhecimento de que o custeio da locação/serviços depende do repasse de verbas públicas, conforme modelo do Anexo V.

Observação: Todas as Declarações deverão ser em papel timbrado da empresa proponente e o atestado, em via original ou cópia reprográfica autenticada por cartório competente, sendo aceita autenticação digital, assinado por autoridade ou representante de quem o expediu, com a devida identificação, sendo aceita por assinatura digital certificada pelo ICP – Brasil.

A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sendo facultado ao **CEPEGE** convocar os concorrentes remanescentes e com eles contratar, observada a ordem de classificação.

20. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

20.1 - A proposta de preços deverá ser elaborada em papel timbrado ou com carimbo com os dados do interessado, manuscrita em letra de forma em tinta não lavável ou confeccionada por máquina, impresso por computador ou qualquer processo eletrônico, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada:

20.2 - A proposta de preços deverá ser apresentada seguindo o modelo padronizado no ANEXO VI deste Edital, contendo:

- a) O número do Processo de Seleção Simplificado;
- b) Endereçamento ao CEPEGE;
- c) Razão Social, CNPJ, endereço, número da conta corrente, agência bancária, identificação do respectivo banco, e se houver, número do telefone/fax, e endereço eletrônico do proponente;
- d) Prazo de validade não inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**;
- e) Os itens cotados, segundo a unidade de medida consignada no edital;
- f) Os valores unitários em algarismos e por extenso de cada item;

20.3. Os preços constantes da proposta do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

20.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

20.5. Os preços a serem cotados deverão levar em conta os preços estimados para a contratação.

20.6. Será desclassificada a proposta de preços apresentada em desconformidade com qualquer das exigências postas no item 15.2.

20.7. Será desclassificada ainda a proposta que apresentar preço superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

20.8. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da seleção simplificada não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

20.8.1. **Caso necessário**, facultativamente a Comissão Julgadora abrirá prazo de **24h (vinte e quatro horas)**, a contar na convocação feita pelo site ou através do e-mail da empresa, para que o detentor de melhor proposta encaminhe para o e-mail oficial **prova de exequibilidade**, devendo demonstrar:

- a) Planilha com os custos do serviço de cada item;
- b) Planilha com custo com a logística do serviço, evidenciando a mão de obra empregada bem como os encargos aplicados no pessoal envolvido com a entrega.
- c) Não sendo demonstrada a exequibilidade nestes termos, a Comissão Julgadora desclassificará a proposta, convocando os licitantes remanescentes na ordem de classificação até a apuração de proposta



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

vencedora que atenda o requisito de exequibilidade.

20.8.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

21. DA MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

21.1. As obrigações das partes e demais informações constam na minuta de contrato – Anexo VII do Termo de Referência.

22. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

22.1. Não será aceito o a participação ou credenciamento de quaisquer pessoas impedidas ou suspensas de contratar como CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO - CEPEGE ou com a Administração Pública em Geral, devendo a comissão realizar consulta impressa através da Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica, emitido via internet no sítio do <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, para comprovação ou não se a empresa sofre sanção da qual decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

22.2. Não será aceito o credenciamento de empresas que possuam pendências nos documentos enumerados neste Edital, enquanto perdurarem as irregularidades, ou que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

22.3. O CEPEGE poderá conceder prazos para as empresas interessadas se adequarem às regras deste Edital.

23. DA FORMA DE COMUNICAÇÃO DOS ATOS DO PROCESSO

23.1 - A convocação do licitante para quaisquer atos do processo, se dará através de publicação no sítio eletrônico <https://cepege.med.br/>, sendo de sua responsabilidade o acompanhamento dos atos divulgados.

24 – PENALIDADES E IMPEDIMENTOS

24.1 - As seguintes sanções poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao CEPEGE pelo infrator, na forma da legislação:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% sobre o valor do objeto contratado;
- c) rescisão antecipada do Contrato.

24.2 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA ou de qualquer outra fatura existente na CONTRATANTE.

24.3 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

25. - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

25.1. Qualquer dúvida quanto a requisitos, condições e/ou especificações deverá ser transmitida ao **CEPEGE** antes da data limite para apresentação das propostas acima do **CEPEGE**, os interessados poderão entrar em contatos através dos: (servicoscepege@gmail.com).

Eusébio (CE), em 26 de agosto de 2022

CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO - CEPEGE



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

<Razão Social da Empresa>, inscrita no CNPJ nº , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para os devidos fins para o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____ (____) em ____ de agosto de 2022

(Razão Social da Empresa)

<Nome do Representante Legal>

<Cargo>



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI COLABORADORES DO CEPEGE NO QUADRO SOCIAL

<Razão Social da Empresa>, inscrita no CNPJ sob o nº , com sede na cidade e Estado situado na(o) , por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e inscrito no CPF sob o nº **DECLARA**, sob as penas da lei, não possuir sócios cotistas, sócio administrador, dirigentes ou controladores a que se refere o artigo 116 da Lei nº 6404/76, que sejam colaboradores do CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO - CEPEGE..

Local e Data

(Razão Social da Empresa)

<Nome do Representante Legal>

<Cargo>



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR IMPEDIMENTO CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<Razão Social da Empresa>, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na cidade e Estado situado na(o), por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e inscrito no CPF sob o nº **DECLARA**, sob as penas da lei, não possuir impedimentos de contratar com a Administração Pública.

Local e Data

(Razão Social da Empresa)

<Nome do Representante Legal>

<Cargo>



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO AFIRMANDO TER TOMADO CONHECIMENTO DE QUE O CUSTEIO DA LOCAÇÃO/SERVIÇOS DEPENDENDO REPASSE DE VERBAS PÚBLICAS

<Razão Social da Empresa>, inscrita no CNPJ sob o nº , com sede na cidade e Estado situado na(o), por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e inscrito no CPF sob o nº **DECLARA** ter total, inequívoco e irrestrito conhecimento de que todos os serviços a serem prestados dependem, para o seu custeio, exclusivamente do efetivo e integral repasse de verbas públicas provenientes do Contrato de Gestão celebrado entre o CEPEGE, por meio de sua Secretaria de Saúde, em razão da ausência de recursos próprios do _____ para financiar e custear as obrigações financeiras provenientes do presente CONTRATO.

Local e Data

(Razão Social da Empresa)

<Nome do Representante Legal>

<Cargo>



ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao CEPEGE,

Processo: _____
Razão Social: _____ CNPJ: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Fone: _____ Fax: _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS MÉDICOHOSPITALARES, DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS NO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO/CE DE GERIDA PELO CENTRO – UPA 24H EUSÉBIO - CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1.	desjejum funcionário café (com ou sem açúcar ou adoçante) 50ml - leite (*) (integral, desnatado, semidesnatado) (com ou sem açúcar ou adoçante) 150ml - ou achocolatado 250ml; pão (sal ou doce) 50g ou bolo simples 80g; manteiga individual (com ou sem sal) 1 unidade de 20g.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
2.	merenda funcionário café (com ou sem açúcar ou adoçante) 50ml - leite (*) (integral, desnatado, semidesnatado) (com ou sem açúcar ou adoçante) 150ml - ou achocolatado 250ml; pão (sal ou doce) 50g ou bolo simples 80g; manteiga individual (com ou sem sal) 1 unidade de 20g.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
3.	parboilizado, branco ou integral) 200g; carne bovina 120 g - ou aves (sem osso / com osso) 120/240g - ou peixe (filé / posta) 120/200g - ou fígado, língua, bucho 120g - ou carne seca 120g - ou linguiça 120g - ou carne suína (sem osso/ com osso) 120/170g - ou strogonoff 150g - ou lasanha, empadão, bolo de batata/aipim, escondidinho” 250g – ovos 2 unidades; guarnição: vegetais a, b ou c. 150/200g - ou massa 100g -	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
 Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
 Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
 CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

	ou farofa 50g - ou pirão 100g - ou polenta 100g; sobremesas: - frutas/salada de frutas(*) 150g - ou melancia/melão 250g - ou doces (pasta/cremoso/individual de qualidade) 70/70g - ou gelatina, pudim, flan 100/100/100g; refresco c/ ou s/ açúcar ou adoçante 200ml.					
4.	ou língua 120g - ou carne suína (sem osso/ com osso) 120/170g - ou strogonoff 150g - ou lasanha, empadão, bolo de batata/aipim, escondidinho” 250g – ovos 2 unidades; guarnição: vegetais a, b ou c. 150/200g - ou massa 100g - ou farofa 50g - ou pirão 100g - ou polenta 100g; sobremesas: - frutas/salada de frutas(*) 150g - ou melancia/melão 250g - ou doces (pasta/cremoso/individual de qualidade) 70/70g - ou gelatina, pudim, flan 100/100/100g; refresco c/ ou s/ açúcar ou adoçante 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
5.	desjejum paciente café (com ou sem açúcar) 50ml - ou chá (c/ ou s/ açúcar) 200ml - ou mate (c/ ou s/ açúcar) 200ml; - leite (c/ ou s/ açúcar) p/ café c/leite 150ml - ou leite(c/ ou s/ açúcar) puro 200ml - ou achocolatado 200ml - ou iogurte individual 1 unidade de 200ml; - pão 50g - ou biscoito 45g - ou torrada 40g - ou farinha (para mingau) + biscoito 20/30g; - manteigaindividual (com ou sem sal) 1 unidade de 10g - ou geléia de frutas individual 1 unidade de 15g; queijos (com ou sem sal): minas, prato, cremoso. 40g; - frutas 1 unidade; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
6.	merenda paciente café (com ou sem açúcar) 50ml - ou chá (c/ ou s/ açúcar) 200ml - ou mate (c/ ou s/ açúcar) 200ml; - leite (c/ ou s/ açúcar) p/ café c/leite 150ml - ou leite(c/ ou s/ açúcar) puro 200ml - ou achocolatado 200ml - ou	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

	iogurte individual 1 unidade de 200ml; - pão 50g - ou biscoito 45g - ou torrada 40g - ou farinha (para mingau) + biscoito 20/30g – bolo 80g; - manteiga individual (com ou sem sal) 1 unidade de 10g - ou geléia de frutas individual 1 unidade de 15g; queijos (com ou sem sal): minas, prato, cremoso. 40g; água mineral 1 unidade de 200ml.					
7.	almoço paciente cereal 200g;- leguminosas 150g; carnes: - bovina 120g - ou aves sem osso/com osso 120/240g - ou peixe (file/posta) 120/200g - ou fígado 120g – ovo 2 unidades; guarnição: - vegetais b ou c (*) 100/150g - ou farofa 50g - ou pirão 100g - ou polenta 100g – massa 100g; sobremesa: - frutas (***) 1 unidade - ou doce (pasta/compota, etc) 40/80g - ou gelatina, flan, pudim, mousse 100/100/100g; - suco de frutas ou polpa industrializada de frutas 200ml;- água mineral 1 unidade de de200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
8.	jantar paciente cereal 200g;- leguminosas 150g; carnes: - bovina 120g - ou aves sem osso/com osso 120/240g - ou peixe (file/posta) 120/200g - ou fígado 120g – ovo 2 unidades; guarnição: - vegetais b ou c (*) 100/150g - ou farofa 50g - ou pirão 100g - ou polenta 100g – massa 100g; sobremesa: - frutas (***) 1 unidade - ou doce (pasta/compota, etc) 40/80g - ou gelatina, flan, pudim, mousse 100/100/100g; - suco de frutas ou polpa industrializada de frutas 200ml; - água mineral 1 unidade de de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
9.	Dieta hipoglicídica desjejum paciente café (sem açúcar) 50ml - ou chá (sem açúcar) 200ml - ou mate (sem açúcar) 200ml; - leite (sem açúcar) puro 200ml ou	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
 Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
 Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
 CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

	leite (sem açúcar) p/café 150 ml ou leite de soja 200ml - ou iogurte dietético 1 unidade de 200ml; - pão (com ou sem sal) 50g - ou biscoito (c/ ou s/ sal) 40g - ou torrada ou bolo diet 45/70g - ou farinha (para mingau) + biscoito c/ ou s/sal 20/25g; manteiga individual (com ou sem sal) 1 unidade de 10g; queijo (com ou sem sal) 40g; fruta 1 unidade; água mineral 1 unidade de 200ml.					
10.	Dieta hipoglicídica merenda paciente café (sem açúcar) 50ml - ou chá (sem açúcar) 200ml - ou mate (sem açúcar) 200ml; - leite (sem açúcar) puro 200ml ou leite (sem açúcar) p/café 150 ml ou leite de soja 200ml - ou iogurte dietético 1 unidade de 200ml; - pão (com ou sem sal) 50g - ou biscoito (c/ ou s/ sal) 40g - ou torrada ou bolo diet 45/70g - ou farinha (para mingau) + biscoito c/ ou s/sal 20/25g; manteiga individual (com ou sem sal) 1 unidade de 10g; queijo (com ou sem sal) 40g; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
11.	dieta hipoglicídica almoço paciente carnes: - bovina 120g - ou aves sem osso/ com osso 120/240g - ou peixe (file/posta) 120/200g - ovo 2 unidades; arroz: ou massas 200g - ou vegetais c (20% de glicídio) (*) 200g; leguminosas 150g; vegetais b (10% de glicídio) (*) legumes cozidos, em purês, souffles ou sopas 150g; sobremesa: - frutas 1 unidade - ou doces dietéticos 60g - ou gelatinas dietéticas 60g - ou compotas dietéticas 60g; suco de frutas ou polpa de frutas industrializada 200ml; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
	Dieta hipoglicídica jantar paciente carnes: - bovina 120g - ou aves					



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
 Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
 Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
 CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

12.	sem osso/ com osso 120/240g - ou peixe (file/posta) 120/200g – ovo 2 unidades; arroz: ou massas 200g - ou vegetais c (20% de glicídio) (*) 200g; leguminosas 150g; vegetais b (10% de glicídio) (*) legumes cozidos, em purês, souffles ou sopas 150g; sobremesa: - frutas 1 unidade - ou doces dietéticos 60g - ou gelatinas dietéticas 60g - ou compotas dietéticas 60g; suco de frutas ou polpa de frutas industrializada 200ml; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
13.	45/50g; fruta 1 unidade; chá com açúcar/adoçante 200ml - ou café 50ml; queijo (com ou sem sal) de soja (tofu) 30g - geléia de fruta individual 1 unidade de 15g; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
14.	dieta isenta de lactose merenda paciente leite de soja ou deslactosado com ou sem açúcar ou adoçante 150ml; - pão 50g - ou biscoito ou torrada 45/50g; chá com açúcar/adoçante 200ml - ou café 50ml; queijo (com ou sem sal) de soja (tofu) 30g - geléia de fruta individual 1 unidade de 15g; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
15.	dieta isenta de lactose almoço paciente entrada: vegetais a (em saladas) 80g; cereal: - arroz 200g - ou macarrão 200g; carnes: 120g- ou aves sem osso/com osso 120/240g - ou peixe (file/posta) 120/200g – ovo 2 unidades; guarnição: - vegetais b ou c 150g; leguminosas 150g; sobremesa: - frutas em geral (**) 1 unidade - ou doces caseiros isentos de lactose 100g; suco de frutas ou polpa de frutas industrializada 200ml; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
	dieta isenta de lactose jantar					



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

16.	paciente entrada: vegetais a (em saladas) 80g; cereal: -arroz 200g - ou macarrão 200g; carnes: - bovina 120g- ou aves sem osso/com osso 120/240g - ou peixe (file/posta) 120/200g – ovo 2 unidades; guarnição: - vegetais b ou c 150g; leguminosas 150g; sobremesa: - frutas em geral (**) 1 unidade - ou doces caseiros isentos de lactose 100g; suco de frutas ou polpa de frutas industrializada 200ml; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
17.	Dieta hipossódica desjejum paciente café (com ou sem açúcar) 50ml - ou chá (c/ ou s/ açúcar) 200ml - ou mate (c/ ou s/ açúcar) 200ml; leite puro (c/ ou s/ açúcar) 200ml - ou leite para café (c/ ou s/ açúcar) 150ml - ou iogurte comum 1 unidade de 200ml- ou achocolatado 200ml; pão (sem sal) 50g - ou biscoito (sem sal) 40g - ou torrada (sem sal) 40g - ou farinha (para mingau)+biscoito20/40g; manteiga individual (sem sal) 1 unidade de 10g - ou geléia de fruta individual 1 unidade de 15g; queijos (sem sal) 40g; frutas 1 unidade; - água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
18.	Dieta hipossódica merenda paciente café (com ou sem açúcar) 50ml - ou chá (c/ ou s/ açúcar) 200ml - ou mate (c/ ou s/ açúcar) 200ml; leite puro (c/ ou s/ açúcar) 200ml - ou leite para café (c/ ou s/ açúcar) 150ml - ou iogurte comum 1 unidade de 200ml- ou achocolatado 200ml; pão (sem sal) 50g - ou biscoito (sem sal) 40g - ou torrada (sem sal) 40g - ou farinha (para mingau)+biscoito 20/40g – bolo 80g; manteiga individual (sem sal) 1 unidade de 10g - ou geléia de fruta individual 1 unidade de 15g; queijos (sem sal) 40g; - água mineral 1 unidade de	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

	200ml.					
19.	dieta hipossódica almoço paciente massa e/ ou arroz 200g; leguminosas 150g; carnes: - bovina 120g - ou aves (s/ osso e c/ osso) 120/200g - ou peixe (filé ou posta) 120/200g - ovo 2 unidades; guarnição: - vegetais a,b e/ou c 100/150g - ou farofa 50g - ou pirão 100g - ou polenta 100g; sobremesa: - frutas 1 unidade- ou doces (pasta / compota) 80g - ou gelatina, flan, pudim 100/100/100g; - suco de frutas ou polpa de frutas industrializada 200ml; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
20.	dieta hipossódica jantar paciente massa e/ ou arroz 200g; leguminosas 150g; carnes: - bovina 120g - ou aves (s/ osso e c/ osso) 120/200g - ou peixe (filé ou posta) 120/200g - ovo 2 unidades; guarnição: - vegetais a,b e/ou c 100/150g - ou farofa 50g - ou pirão 100g - ou polenta 100g; sobremesa: - frutas 1 unidade- ou doces (pasta / compota) 80g - ou gelatina, flan, pudim 100/100/100g; - suco de frutas ou polpa de frutas industrializada 200ml; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
21.	Dieta hipolipídica desjejum paciente café (com ou sem açúcar) 50ml -ou chá (c/ ou s/ açúcar) 200ml - ou mate (c/ ou s/ açúcar) 200ml; - leite puro (c/ ou s/ açúcar) desnatado ou soja 200ml - ou leite para café com leite (c/ ou s/ açúcar) desnatado 150ml ou iogurte desnatado 1 unidade de 200ml; pão 50g ou biscoito 40g - ou torrada 45g - ou farinha (para mingau) + biscoito 20/40g ; geléia de frutas individual 1 unidade de 15g; queijos (sem gordura) 40g; frutas 1 unidade; água mineral 1 unidade.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

22.	Dieta hipolipídica merenda paciente café (com ou sem açúcar) 50ml -ou chá (c/ ou s/ açúcar) 200ml - ou mate (c/ ou s/ açúcar) 200ml; - leite puro (c/ ou s/ açúcar) desnatado ou soja 200ml - ou leite para café com leite (c/ ou s/ açúcar) desnatado 150ml ou iogurte desnatado 1 unidade de 200ml; pão 50g ou biscoito 40g - ou torrada 45g - ou farinha (para mingau) + biscoito 20/40g ; geléia de frutas individual 1 unidade de 15g; queijos (semgordura) 40g; água mineral 1 unidade.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
23.	dieta hipolipídica almoço paciente massa e/ ou arroz 200g; leguminosas 150g; carnes: - bovina 120g - ou aves (s/ osso e c/ osso) 120/240g - ou peixe (filé ou posta) 120/200g – ovo 2 unidades; guarnição: - vegetais a, b e/ou c100/150g - ou pirão 100g – ou polenta 100g; sobremesa: - frutas 1 unidade - ou doces (pasta / compota) 80g - ou gelatina 100g; água mineral 1 unidade de 200ml; - suco de frutas ou polpa de frutas industrializada 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
24.	dieta hipolipídica jantar paciente massa e/ ou arroz 200g; leguminosas 150g; carnes: - bovina 120g - ou aves (s/ osso e c/ osso) 120/240g - ou peixe (filé ou posta) 120/200g – ovo 2 unidades; guarnição: - vegetais a, b e/ou c100/150g - ou pirão 100g - ou polenta 100g; sobremesa: - frutas 1 unidade - ou doces (pasta / compota) 80g - ou gelatina 100g; água mineral 1 unidade de 200ml; - suco de frutas ou polpa de frutas industrializada 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
25.	dieta líquida desjejum paciente chá ou mate ou leite ou café com leite (200 ml); - ou suco de frutas (*) naturais com ou sem vegetais (200 ml); - ou frutas (*) liquidificadas com ou sem leite, com ou sem complemento de	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

	farinha (200 ml); - ou mingau (5% ou 10% de farinha) com ou sem sacarose, com ou sem adoçante, com ou sem - glucose de milho, com ou sem maltodextrina (200 ml); - ou iogurte comum ou dietético (200 ml); - + geléia de mocotó (50g) ou gelatina (80g) ou sorvete (100 ml) - + água mineral (200 ml).					
26.	dieta líquida merenda paciente chá ou mate ou leite ou café com leite (200 ml); - ou suco de frutas (*) naturais com ou sem vegetais (200 ml); - ou frutas (*) liquidificadas com ou sem leite, com ou sem complemento de farinha (200 ml); - ou mingau (5% ou 10% de farinha) com ou sem sacarose, com ou sem adoçante, com ou sem - glucose de milho, com ou sem maltodextrina (200 ml); - ou iogurte comum ou dietético (200 ml); - + geléia de mocotó (50g) ou gelatina (80g) ou sorvete (100 ml) - + água mineral (200 ml).	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
27.	dieta líquida almoço paciente porção 300 ml - caldo de legumes com ou sem carne - ou caldo de legumes tamisados - ou sopa creme com carne e/ou creme de leite e/ou ovo - ou canja ou canja liquidificada - ou caldo de feijão; - geléia de mocotó (50g) - ou gelatina (80g) - ou creme de frutas naturais (150g) - ou pudins (80g); porção 200 ml - suco de frutas ou polpa de fruta industrializada coados, com ou sem sacarose, com ou sem adoçante, com ou sem glucose de milho, com ou sem maltodextrina; água mineral 1 unidade de 200ml.	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		
28.	dieta líquida jantar paciente porção 300 ml - caldo de legumes com ou sem carne - ou caldo de legumes tamisados - ou sopa creme com carne e/ou creme de leite e/ou ovo - ou canja ou canja	UND	30 (DIAS)	PRÓPRIA		



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

liquidificada - ou caldo de feijão; - geléia de mocotó (50g) - ou gelatina (80g) - ou creme de frutas naturais (150g) - ou pudins (80g); porção 200 ml - suco de frutas ou polpa de fruta industrializada coados, com ou sem sacarose, com ou sem adoçante, com ou sem glucose de milho, com ou sem maltodextrina; aguamíneral 1 unidade de 200ml.						
--	--	--	--	--	--	--

PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS: (Conforme prevista no instrumento convocatório)

PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: (Conforme prevista no instrumento convocatório)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Observações:

- O licitante declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Termo de Referência deste edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com:
 - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - seguros em geral, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução dos serviços.

Local/Data:, de de

Assinatura Proponente
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal



ANEXO VII

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº _____

Pelo presente instrumento particular, celebrando entre as partes, a saber:

CONTRATANTE: CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO - CEPEGE, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Rua Professor Costa Mendes, 1609 – Apto. Terreo Rodolfo Teófilo CEP: 60.430-140 Fortaleza-Ceará, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº 05.312.376/0001-55, neste ato pelo Sr. - _____, portador da cédula de identidade **RG** nº _____, inscrito no **CPF/MF** sob nº _____.

CONTRATADA: _____, empresa estabelecida na _____ inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº _____, neste ato devidamente representado pelo _____, da cédula de identidade **RG** nº _____, inscrito no **CPF/MF** sob nº _____.

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** têm entre si justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – A **CONTRATANTE**, por intermédio do presente instrumento, contratar os serviços especializados da **CONTRATADA** na área de saúde para a disponibilização de **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO DESTINADA A PACIENTES, FUNCIONÁRIOS E OUTROS AUTORIZADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24H DE EUSÉBIO/CE**, na garantia do pleno funcionamento dos mesmos na Gestão da Unidade, estando sempre atualizada visando, atender as necessidades e de acordo com especificações mínimas constantes no Termo de Referência.

Parágrafo Único – Os serviços serão desenvolvidos e prestados ininterruptamente de acordo com as necessidades, condições e especificações fornecidas pela **CONTRATANTE** na Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h – Eusébio/CE, localizada Rua Irmã Ambrosina. 395 – Centro – Eusébio/CE – CEP: 61.760-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO A LICITAÇÃO E ANEXOS DO CONTRATO

2.1. Este contrato está vinculado à **Concorrência Simplificada com Urgência Nº 001/2022**.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

3.1 – Os serviços contratados serão executados mediante cronograma da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, que a partir desta solicitação deverá executar os serviços em conformidade com as normas e condições estabelecidas no presente contrato.

3.2 – Os serviços contratados serão prestados com orientação e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**, no estabelecimento da **CONTRATANTE** ou fora dele de maneira que possa estar em conformidade com os cronogramas de execução dos serviços, planilhas e demais necessidades estabelecidas em comum acordo entre as partes contratantes, devendo sempre ser respeitado e priorizado as necessidades da **CONTRATANTE**.



3.3 – A CONTRATANTE, durante a vigência do presente contrato e quando o serviço for executado no estabelecimento, permitirá que a **CONTRATADA** se utilize de suas instalações e de todos os seus equipamentos e maquinários necessários à execução dos serviços ora contratados caso necessário.

Parágrafo Único – Ocorrendo esta hipótese, a **CONTRATADA** ficará responsável pelo bom uso dos equipamentos cedidos para a execução dos serviços, bem como pelos eventuais danos causados aos equipamentos da **CONTRATANTE**.

3.4 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- I. Manter quadro de pessoal técnico, operacional e administrativo em número necessário e suficiente para atender o cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência, substituindo imediatamente em caso de falta.
- II. Manter, em tempo integral, equipe de nutricionistas, bem como pessoal operacional, de forma a garantir o bom funcionamento do serviço.
- III. Caberá à **CONTRATADA** todo o ônus de natureza trabalhista, previdenciária e alimentícia de seus funcionários.
- IV. Manter sempre um preposto, nutricionista, com poderes para tomar deliberação e/ou atender a qualquer solicitação do **CEPEGE** quanto a tudo que se relacione a boa execução dos serviços contratados.
- V. Instruir seus funcionários a cumprir o regulamento da Unidade onde serão prestados os serviços.
- VI. Fornecer uniformes, de acordo com a função, sendo no mínimo três jogos, na cor branca, compostos por cobertura adequada para a cabeça, calças, vestidos, aventais, capotes, máscara, gorro, propés, luvas, sapatos ou botas, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), observando o zelo por sua conservação.
- VII. Fiscalizar e punir qualquer funcionário flagrado ou em conivência na distribuição de refeições a pessoas não autorizadas (inclusive parentes, visitantes ou qualquer pessoa estranha ao serviço).
- VIII. Realizar exame médico dos funcionários (admissional, periódico, demissional, de retorno ao trabalho) de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
- IX. A **CONTRATADA** é obrigada observar e atender os parâmetros quantitativos de profissionais estabelecidos em legislações do Conselho Regional de Nutricionista, em especial a Resolução CFN nº. 380/05.
- X. Comprovar, quando solicitado, o registro e regularidade de seus nutricionistas e técnicos envolvidos na prestação dos serviços junto ao Conselho Regional de Nutrição.



- XI. Providenciar a imediata reposição de funcionários para cobrir folgas, faltas, férias, demissões, licenças (saúde, maternidade), afastamentos, etc., de pessoal da área técnica, operacional e administrativa, mantendo o quadro de funcionários completo, necessários à execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência.
- XII. Fornecer crachás de identificação, com fotografia recente, a todos os seus funcionários em serviço nas dependências da Unidade de pronto atendimento UPA 24hrs no município de Eusébio.
- XIII. Afastar imediatamente das dependências do pronto atendimento UPA 24hrs no município de Eusébio á qualquer empregado, por mais qualificado que seja, cuja presença venha a ser considerada inadequada pelo **CEPEGE**, promovendo a sua imediata substituição.
- XIV. Promover treinamentos **TRIMESTRAIS** ou sempre que houver necessidade, teóricos e práticos, de toda Equipe de Trabalho.
- XV. Responder pela disciplina de seus funcionários durante a sua permanência nas dependências da Unidade de pronto atendimento UPA 24hrs no município de Eusébio, orientando-os para manterem o devido respeito e cortesia para com os colegas de trabalho e os funcionários do **TGM**.
- XVI. Apresentar mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, comprovante da quitação dos encargos trabalhistas e impostos fiscais referentes os funcionários que atuem diretamente na execução do presente contrato;
- XVII. 14.16.1 - A não apresentação desses comprovantes poderá acarretar na retenção dos créditos da **CONTRATADA**.
- XVIII. Declarar, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer ao **CEPEGE** todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.
- XIX. Transportar as refeições e descartáveis devidamente acondicionados e em condições adequadas de higiene e conservação, de acordo com as normas sanitárias vigentes da Resolução nº. 216, 15/09/04 - ANVISA.
- XX. Utilizar, para o transporte de alimentação, veículos com certificado de vistoria emitido pelo Centro de Vigilância Sanitária, conforme Portarias CVS Nº 15, de 07/11/91, alterada pela Portaria CVS nº. 06, de 10/03/99.
- XXI. A utilização de veículos para o transporte de alimentação também é **OBRIGATÓRIA** para aquelas Unidades que dispõem de pavilhões asilares.



- XXII. Executar a higienização diária e conservação do veículo utilizado para o transporte da alimentação, de acordo com a Portaria CVS N°. 15/91, de 07/11/91 com as alterações introduzidas pela Portaria CVS N°. 6/99, de 10/03/99.
- XXIII. O veículo utilizado para as refeições transportadas deverá ter a cabine isolada da parte que contém os alimentos e deve ser revestida de material liso, resistente, impermeável, atóxica e lavável, não podendo transportar pessoas e/ou animais e produtos tóxicos.
- XXIV. Os contentores devem sempre ser depositados sobre estrados de polietileno e não diretamente sobre o piso. Ademais, devem-se utilizar prateleiras e estrados removíveis.
- XXV. Deverá constar nos lados direito e esquerdo do veículo, de forma visível, dentro de um retângulo de 30 cm de altura por 60 cm de comprimento os seguintes dizeres: Transporte de Alimentos, Nome, Endereço, Telefone da Empresa e Produto Perecível.
- XXVI. O transporte de alimentos prontos para o consumo deve obedecer às normas técnicas que possam garantir as qualidades nutricional, sensorial, microbiológica e físico-química dos produtos. Desta forma, os meios de transporte de alimentos destinados ao consumo humano, refrigerados ou não, devem garantir a integridade e a qualidade a fim de impedir a contaminação e a deterioração do produto.
- XXVII. Assegurar que os alimentos sejam transportados em condições que evitem a contaminação ou a recontaminação, ou ainda a multiplicação dos microrganismos eventualmente presentes.
- XXVIII. A distribuição dos alimentos quentes deve observar os critérios de tempo e temperatura, ou seja, manter as preparações a 60°C por no máximo 6 horas, segundo Resolução n°. 216, 15/09/04. Ademais os alimentos quentes devem ser transportados em recipientes com proteção isotérmica, mantendo a temperatura mínima de 65°C, conforme o estabelecido pela Portaria n°. CVS-15/91, de 07/11/1991, com as alterações introduzidas pela Portaria CVS N°. 6/99, de 10/03/99.
- XXIX. Caso seja necessário para garantir uma melhor qualidade e aceitação das refeições poderá o **CEPEGE** solicitar uma temperatura de distribuição acima da recomendada na referida Resolução.
- XXX. A distribuição de alimentos refrigerados deve observar também os critérios de tempo e temperatura, ou seja, manter as preparações em temperaturas inferiores a 10°C por no máximo 4 horas ou quando a temperatura estiver entre 10 e 2 °C, esses alimentos só podem permanecer na distribuição até 2 horas e para o transporte deve-se manter a temperatura ao redor de 4°C, não ultrapassando 6°C, conforme o estabelecido pela Portaria n°. CVS - 15/91 de 07/11/1991 com as alterações introduzidas pela Portaria CVS N°. 6/99, de 10/03/99.
- XXXI. Deverá manter, em temperaturas recomendadas, os alimentos em preparação e/ou prontos para distribuição em recipientes tampados ou cobertos com fita filme.



- XXXII. A temperatura das dietas servidas aos pacientes deverá ser monitorada e registrada em impressos próprios pela **CONTRATADA**.
- XXXIII. A planilha de controle de temperatura e tempo de espera para distribuição do alimento nas Unidades deve ser apresentada sempre que solicitadas, caso as temperaturas das diversas preparações não estejam de acordo com as normas de segurança, ações corretivas devem ser postas em prática.
- XXXIV. Os equipamentos de refrigeração não devem apresentar risco de contaminação para o produto e deve garantir, durante o transporte, temperatura adequada para o mesmo.
- XXXV. Cumprir os horários de entrega das refeições estabelecidos pela administração da UPA 24 horas de Eusébio.
- XXXVI. Em caso de atraso na entrega e distribuição das refeições, o prazo de tolerância será de 30 minutos. Após este prazo, aplicar-se-á o desconto de acordo com o especificado no presente Termo de Referência.
- XXXVII. Os responsáveis pela entrega e distribuição das refeições deverão estar devidamente uniformizados.
- XXXVIII. É totalmente proibido o transporte das refeições em caixas de isopores ou qualquer outro material que não atenda às Normas da Vigilância Sanitária.
- XXXIX. Nenhum alimento deve ser transportado em contato direto com o piso do veículo ou embalagens ou recipientes abertos.
- XL. Garantir que o transporte de produtos perecíveis ocorra em material liso, resistente, impermeável e atóxico, lavável, aprovado pela autoridade sanitária.
- XLI. Assegurar que os materiais utilizados para proteção e fixação da carga (cordas, encerados, plásticos e outros) não representem fonte de contaminação ou dano para os alimentos, devendo os mesmos ser desinfetados juntamente com o veículo de transporte.
- XLII. A carga e/ou descarga não devem representar risco de contaminação, dano ou deterioração do produto e/ou matéria-prima alimentar. A **CONTRATADA** deverá complementar, sob as suas próprias expensas, todos os equipamentos (geladeira, forno elétrico, refresqueira e balcão térmico) e utensílios necessários à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- XLIII. A **CONTRATADA** não poderá utilizar-se dos serviços de estudantes de Nutrição ou encarregados para desempenhar funções e atividades inerentes ao profissional de nível superior.
- XLIV. O **CEPEGE**, através de seu gerente de contratos, ou outro funcionário autorizado, realizará o controle de dietas, para fins de pagamento, pelo número de refeições efetivamente consumidas. Quanto às refeições transportadas, prevalecerá o quantitativo requisitado pelo **CEPEGE**.



- XLV. Em caso de obras na cozinha ou em outras dependências entregues à **CONTRATADA** que impeçam o seu funcionamento regular, os serviços não poderão ser paralisados, devendo a mesma, por meio de providências próprias e em local previamente aprovado pelo **CEPEGE**, continuar a prestá-los sem ônus de qualquer natureza e sem prejuízo para a alimentação dos beneficiários do Serviço.
- XLVI. Para assegurar a qualidade das refeições nas unidades transportadas, a administração da unidade de pronto atendimento UPA 24 horas de Eusébio/CE, a deverá fazer visitas de inspeção periódicas na cozinha da **CONTRATADA**, sem aviso prévio, podendo ser usado nessas ocasiões o formulário de visita do **CEPEGE**, inclusive com a utilização de máquina fotográfica, se necessário.
- XLVII. Cumprir os horários de recolhimento das bandejas de refeições estabelecidos pela administração da unidade de pronto atendimento UPA 24 horas de Eusébio/CE.
- XLVIII. A **CONTRATADA** será responsável pelo custeio de suas obrigações trabalhistas, não possuindo a Contratante qualquer responsabilidade quanto a tais verbas, uma vez que inexistente qualquer vínculo jurídico entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA – RELATÓRIO TÉCNICO

4.1 - A CONTRATADA deverá encaminhar a **CONTRATANTE** um **RELATÓRIO TÉCNICO** de todos os serviços prestados conforme termo de referência, na qual deverá constar a descrição dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – MANUTENÇÃO DE SIGILO

5.1 – A CONTRATADA, durante a vigência do presente contrato e nos 03 (três) anos subsequentes ao seu término ou rescisão, obriga-se a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamentos obtidos da **CONTRATANTE** ou que venha a lhe ser confiado em razão deste contrato, sejam eles de interesse da **CONTRATANTE** ou de terceiros, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação sem a prévia anuência e concordância da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Primeiro – A inobservância do disposto na presente cláusula, sujeitará a **CONTRATADA** as penalidades decorrentes da violação e quebra de sigilo contratual apurado na multa de 50% (cinquenta por cento) do valor global do contrato, sem prejuízo de arcar com as perdas e danos decorrentes do seu ato, apurado em processo judicial competente para esta finalidade.

Parágrafo Segundo – Fica ressalva a responsabilidade da **CONTRATADA** pela eventual quebra de sigilo que vier a ser praticada por seus funcionários e/ou prepostos que no momento da divulgação já não mantiverem com ela mais nenhum vínculo contratual. Ocorrendo esta hipótese, a **CONTRATANTE** poderá tomar todas as providências de ordem legal contra a **CONTRATADA** violadora do sigilo, contando para tanto.

Parágrafo Terceiro – A **CONTRATADA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos funcionários que necessitem ter acesso a elas, para



propósitos deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 – A título de remuneração pelos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, a quantia discriminada em contrato. A **CONTRATANTE** fará a liberação do pagamento, mediante a apresentação dos apontamentos mensais das atividades executadas e mediante a apresentação da competente Nota Fiscal de Serviços de acordo com os valores unitários constantes na planilha de custo:

Parágrafo Primeiro – A forma de pagamento da remuneração dos serviços prestados será feita por qualquer título admitido em direito.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZOS E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

7.1 – A **CONTRATADA** deverá emitir a Nota Fiscal de Serviços no último dia útil de cada mês e enviar para o CEPEGE.

7.2 Fica vinculado a concorrência simplificada com urgêncianº **001/2022** baseado no valor de cada refeição individualmente, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL

7.3 A **CONTRATADA** será responsável pelo custeio de suas obrigações trabalhistas, não possuindo a **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade quanto a tais verbas, uma vez que inexistente qualquer vínculo jurídico entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA E HIPÓTESES DE RESCISÃO

8.1 – O presente contrato vigorará até o dia _____, com início em _____, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos.

8.1.2 - A eficácia jurídica do instrumento contratual ficará condicionada à vigência do Contrato de Gestão nº. **002202271**, firmado em 12/08/22, entre o CEPHERCE e o Município de Eusébio, através da sua Secretaria Municipal de Saúde, para a gestão dos serviços de saúde para a **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA, PORTE II – OPÇÃO V – EUSÉBIO/CE**, de tal modo que a extinção do contrato principal, independentemente de motivo ou forma, mesmo que por imputação de culpa, extingue, *ipso facto*, a relação jurídica contratual que decorrer do presente Termo de Referência, sem quaisquer direitos a indenização, retenção ou compensação por parte da Contratada.

8.2 – Este contrato poderá ser rescindido na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:



- a) Insolvência, dissolução judicial ou extrajudicial, pedido de recuperação judicial, decretação de falência de qualquer das partes;
- b) Força maior, conforme previsto e definido no Art. 393, parágrafo único do Código Civil e;
- c) Descumprimento de qualquer das cláusulas e condições do presente contrato.

Parágrafo Primeiro: A rescisão do presente contrato com fundamento nos casos dos itens “a” e “b” desde que preenchidos os requisitos ali estabelecidos, não acarretará o pagamento de multa.

Parágrafo segundo: Em caso de rescisão com base no item “b” acima, a parte deverá comunicar com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência a outra parte sem qualquer direito a reclamação.

8.3 – Qualquer omissão ou tolerância em exigir o estrito cumprimento de quaisquer termos ou condições deste contrato, ou em exercer direito dele decorrente, não constituirá renúncia a eles e não prejudicará assim, a faculdade de qualquer das partes em exigí-los ou exercê-los a qualquer tempo.

8.4 - A **CONTRATANTE** poderá extinguir o contrato, a qualquer tempo, em caso de deficiência na execução dos serviços ou ausência de pontualidade quanto ao seu término.

CLÁUSULA NONA – LIMITE DE RESPONSABILIDADE

9.1 – A **CONTRATADA** assume solidariamente com a **CONTRATANTE** a responsabilidade, por eventuais prejuízos causados nas funcionalidades dos projetos que a **CONTRATADA** atuou de forma direta. As partes contratantes deverão sempre limitar o valor das responsabilidades ao do contrato firmado com os clientes da **CONTRATANTE** e com atuação direta da **CONTRATADA**.

9.2 – A **CONTRATADA** não se responsabiliza por eventuais atrasos que possam ocorrer durante a prestação dos serviços ora contratados, conforme cronogramas estabelecidos pelas partes, desde que provocadas por problemas alheios a sua vontade ou força maior, bem como na indisponibilidade do equipamento fornecido para execução dos serviços e/ou solicitações de modificações formuladas posteriormente pela **CONTRATANTE** e seus clientes, e/ou ausência ou morosidade de informações complementares que, por ventura se fizerem necessárias, ocasionando interrupção no desenvolvimento e criação dos serviços.

9.3 – A **CONTRATADA** será exclusivamente responsável pelo cumprimento todas as obrigações fiscais, previdenciárias trabalhistas e comerciais relativas aos seus funcionários e a execução dos serviços.

9.4 – A **CONTRATADA** não poderá executar a prestação dos serviços utilizando mão-de-obra sob o regime da Lei nº 6.019/1974 e a Lei nº 13.429/2017 (regime de trabalho temporário), em face da natureza e duração do contrato.

9.5 – Caberá, ainda, a **CONTRATADA**:

- a) Transmitir para a **CONTRATANTE** todas as comunicações oficiais por escrito e convenientemente numeradas;
- b) Não veicular publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**.
- c) Não caucionar nem utilizar o Contrato para qualquer operação financeira.



9.6 – A **CONTRATADA** deverá indicar um profissional habilitado como responsável técnico pela execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, com experiência profissional comprovada em Medicina devidamente registrado no Conselho de classe, com características pertinentes e compatíveis com as exigidas no presente Termo de Referência, através de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (C.T.P.S), ou documento que comprove tal vínculo e qualificação para execução dos serviços.

9.7 – Por fim, a **CONTRATADA** obriga-se, ainda, a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – No valor da remuneração devida à **CONTRATADA** já estão incluídos todas e quaisquer despesas, inclusive aquelas referentes a impostos, taxas e contribuições, ficando expressamente entendido que a **CONTRATADA** bem como seus funcionários e/ou preposto utilizados na execução dos serviços ora contratados, não tem nenhuma subordinação administrativa ou funcional com a **CONTRATANTE**, não se estabelecendo desta forma, qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATADA** ou prestadores de serviços com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo Primeiro: Qualquer reivindicação, na hipótese deste artigo, das empresas clientes da **CONTRATANTE** e que a **CONTRATADA** atuou como subcontratada que vierem a ser efetuadas em juízo, ou fora dele serão suportadas de forma isolada e integral pela **CONTRATADA**, ainda que por ventura a ser efetuados em nome da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo: Ocorrendo esta hipótese, a **CONTRATADA** assumirá o processo bem como os seus ônus financeiros decorrentes de uma eventual condenação, ficando ainda obrigadas a reembolsar eventuais despesas, custas e honorários eventualmente despendidos pela **CONTRATANTE**, na defesa de seus direitos e interesses.

Parágrafo Terceiro: A celebração do presente não implica em nenhuma espécie de sociedade, associação, solidariedade obrigacional, nem em qualquer responsabilidade direta ou indireta, seja societária, comercial, tributária, trabalhista, previdenciárias ou de qualquer outra natureza, nem em alienação ou sucessão, seja entre as partes, seus empregados ou prepostos, seja perante terceiros, estando preservada a autonomia jurídica e funcional de cada uma das partes.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** fica responsável pelo pagamento de todos os impostos, taxas ou contribuições sociais, de todo e qualquer indivíduo na prestação dos serviços objeto deste contrato, forma da legislação vigente, bem como garantir a desconstituição de qualquer vínculo trabalhista que venha a ser postulado em face da **CONTRATANTE** pelo pessoal designado da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO DO CONTRATO

11.1. As partes elegem o foro central do Eusébio/CE a Sede da Contratante, como único e competente, para reconhecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, como expressas renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

E assim estarem assim justas e acordadas, as partes firma o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surta



CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO
Rua Professor Costa Mendes, 1609 - Apt. Terreo, Rodolfo Teófilo
Fortaleza-Ceará, CEP: 60.430-140 - Tel-(85) 3021-5822
CNPJ 05.312.376/0001-55 – email: cpdhrce@ig.com.br

Utilidade Pública Federal - Processo 44006.000413/97-33 de 24 de abril de 1998
Utilidade Pública Estadual - Lei 10.010 de 14 de maio de 1976
Utilidade Pública Municipal - Lei 4808 de 07 de dezembro de 1976
CEBAS - Portaria - 1317, publicada em 27/08/2018

todos os efeitos em Direito previsto, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas que a tudo assistiram e do que dão fé.

Eusébio /CE, XX XXXX de 202X.

Contratante:

CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO - CEPEGE

CNPJ/MF sob o nº 05.312.376/0001-55

NOME DO REPRESENTANTE

CARGO

CPF/MF sob nº _____

Contratada:

CONTRATADA

CNPJ/MF sob o nº _____

NOME

Proprietário - CPF/MF sob nº _____

Representado por _____ - **CPF/MF:** _____.